

Resultado do Tesouro Nacional

Brasília
Dezembro/2014

MINISTRO DA FAZENDA
Guido Mantega**SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL**
Arno Hugo Augustin Filho**SUBSECRETÁRIOS**

Cleber Ubiratan de Oliveira
Eduardo Coutinho Guerra
Gilvan da Silva Dantas
Liscio Fábio de Brasil Camargo
Marcus Pereira Aucélio
Paulo Fontoura Valle

COORDENADORA-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS
Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos**COORDENADOR DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS**
Alex Pereira Benício**EQUIPE**

Bruno Fabrício Ferreira da Rocha
Erika Medeiros de Siqueira
Fernando Cardoso Ferraz
Gabriel Gdalevici Junqueira
Jailison Weilly Silveira
Leandro de Lima Galvão

Arte

Projeto Gráfico: Renato Barbosa e Karla Rocha
Co-autoria do Projeto Gráfico: Alline Luz e Viviane Barros
Diagramação: Renato Barbosa

O Resultado do Tesouro Nacional é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Informações:

Tel: (61) 3412-2203
Fax: (61) 3412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.gov.br>

Ministério da Fazenda

Esplanada dos Ministérios, bloco P, anexo, 1º andar, ala B, sala 134
70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – v. 20, n. 11 (novembro 2014). – Brasília : STN, 1995.

Mensal.

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.
ISSN 1519-2970

1.Finanças públicas – Periódicos. 2.Receita pública – Periódicos. 3.Despesa pública – Periódicos.
1.Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional.

CDD 336.005

Sumário

Resultado Fiscal do Governo Central.....	5
Receitas do Tesouro Nacional.....	8
Transferências do Tesouro Nacional.....	12
Despesas do Tesouro Nacional.....	14
Previdência Social.....	20
Dívida Líquida do Tesouro Nacional.....	23
Dívida Interna Líquida.....	24
Dívida Externa Líquida.....	27

Listá de Tabelas

Tabela 1 - Resultado Primário do Governo Central.....	5
Tabela 2 - Resultado do Governo Central - % PIB.....	7
Tabela 3 - Receitas Primárias do Governo Central.....	8
Tabela 4 - Receita Bruta do Tesouro Nacional - % PIB.....	10
Tabela 5 - Dividendos pagos à União.....	11
Tabela 6 - Transferências a Estados e Municípios.....	12
Tabela 7 - Transferências a Estados e Municípios - % PIB.....	13
Tabela 8 - Despesas Primárias do Governo Central.....	14
Tabela 9 - Outras Despesas de Custeio e Capital - Resultado Mensal.....	15
Tabela 10 - Outras Despesas de Custeio e Capital - Resultado Acumulado no Ano.....	17
Tabela 11 - Subsídios e Subvenções Econômicas - Operações Oficiais de Crédito - Resultado Acumulado no Ano.....	18
Tabela 12 - Quantidade de Benefícios Emitidos LOAS - Média Acumulada no Ano.....	18
Tabela 13 - Despesas do Tesouro Nacional - % PIB.....	19
Tabela 14 - Resultado Primário da Previdência Social.....	20
Tabela 15 - Resultado da Previdência Social - % PIB.....	22
Tabela 16 - Quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social.....	22
Tabela 17 - Dívida Líquida do Tesouro Nacional.....	23

Tabela 18 - Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional.....	24
Tabela 19 - Dívida Mobiliária Interna do Tesouro Nacional.....	24
Tabela 20 - Variação da Dívida Mobiliária Interna do Tesouro Nacional.....	25
Tabela 21 - Haveres Internos do Tesouro Nacional.....	26
Tabela 22 - Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional.....	27
Tabela 23 - Variação da Dívida Externa do Tesouro Nacional.....	27

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Receitas, Despesas e Resultado do Governo Central.....	6
Gráfico 2 - Resultado do Governo Central.....	6
Gráfico 3 - Receita Bruta do Tesouro Nacional - Resultado Mensal.....	9
Gráfico 4 - Receita Bruta do Tesouro Nacional - Resultado Acumulado no Ano.....	10
Gráfico 5 - Base de Cálculo Transferências Constitucionais.....	12
Gráfico 6 - Despesas do Tesouro Nacional - Resultado Mensal.....	15
Gráfico 7 - Despesas de Custeio e Capital - Resultado Mensal.....	15
Gráfico 8 - Despesas do Tesouro Nacional - Resultado Acumulado no Ano.....	16
Gráfico 9 - Despesas de Custeio e Capital - Resultado Acumulado no Ano.....	16
Gráfico 10 - Execução de Restos a Pagar.....	17
Gráfico 11 - Benefícios Emitidos da Previdência.....	21
Gráfico 12 - Dívida Líquida do Tesouro Nacional.....	23

Resultado Fiscal do Governo Central

Em novembro de 2014, o resultado primário do Governo Central foi deficitário em R\$ 6,7 bilhões, contra superávit de R\$ 4,1 bilhões em outubro. O Tesouro Nacional registrou superávit de R\$ 1,5 bilhão, a Previdência Social (RGPS), déficit de R\$ 7,9 bilhões e o Banco Central, superávit de R\$ 287,1 milhões. Destaque para pagamento de R\$ 6,1 bilhões de sentenças judiciais e precatórios, dos quais R\$ 3,4 bilhões de benefícios previdenciários, R\$ 2,2 bilhões relativos a pessoal e R\$ 564,6 milhões de custeio.

R\$ Milhões

Tabela 1 - Resultado Primário do Governo Central¹ - Brasil - 2013/2014

Discriminação do Resultado	Out/14	Nov/14	Variação %	Jan-Nov		Variação %
				2013	2014	
I. RECEITA TOTAL	106.179,5	102.383,3	-3,6%	1.061.397,4	1.103.021,0	3,9%
Receitas do Tesouro	78.232,8	73.476,9	-6,1%	793.330,4	806.391,4	1,6%
Receitas da Previdência Social	27.589,1	28.818,7	4,5%	265.403,6	293.785,8	10,7%
Receitas do Banco Central	357,6	87,6	-75,5%	2.663,4	2.843,7	6,8%
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	14.522,0	18.718,7	28,9%	171.096,6	188.236,2	10,0%
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	91.657,5	83.664,5	-8,7%	890.300,8	914.784,7	2,8%
IV. DESPESA TOTAL	87.571,3	90.375,6	3,2%	827.764,9	933.104,2	12,7%
Despesas do Tesouro	56.843,6	53.270,5	-6,3%	503.358,2	577.809,6	14,8%
Despesas da Previdência Social (Benefícios)	30.481,3	36.730,2	20,5%	320.713,1	352.253,1	9,8%
Despesas do Banco Central	246,4	374,8	52,1%	3.693,6	3.041,6	-17,7%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB ²	0,0	0,0	-	0,0	0,0	-
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV + V)	4.086,2	-6.711,0	-	62.535,9	-18.319,5	-
Tesouro Nacional	6.867,2	1.487,6	-78,3%	118.875,6	40.345,7	-66,1%
Previdência Social (RGPS)	-2.892,1	-7.911,5	173,6%	-55.309,6	-58.467,3	5,7%
Banco Central ³	111,2	-287,1	-	-1.030,1	-197,9	-80,8%
VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB				1,41%	-0,39%	

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

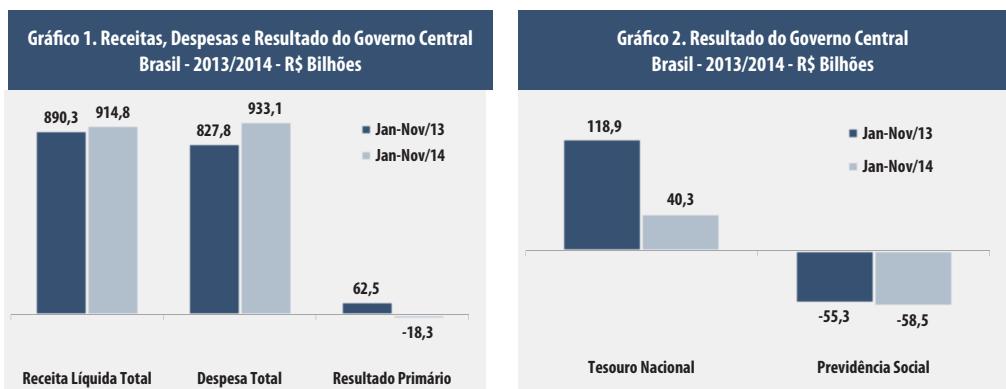
1. Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui recurso de complementação do FGTS e despesas realizadas com recursos dessa contribuição, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

2. Em 2008 corresponde à despesa de integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008. Em 2012 corresponde à receita proveniente do resgate de cotas do Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização – FFIE, conforme previsto na Resolução CDFSB nº 9/2012.

3. Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (incluir transferência do Tesouro Nacional).

As receitas do Governo Central diminuíram R\$ 3,8 bilhões (3,6%), passando de R\$ 106,2 bilhões em outubro para R\$ 102,4 bilhões em novembro de 2014. Esse comportamento decorreu dos seguintes fatores: a) reabertura do parcelamento instituído pela Lei nº 12.966/2014; b) quitação antecipada de parcelamentos conforme Lei nº 13.043/2014; c) pagamento, em outubro de 2014, da 1ª cota ou cota única do IRPJ e da CSSL, referente à apuração trimestral encerrada no mês de setembro; e d) redução na cota parte de compensações financeiras, que teve, em outubro, recolhimento trimestral da participação especial pela produção e exploração de petróleo e gás natural, sem evento correspondente em novembro.

O resultado primário do Governo Central, em novembro de 2014, foi deficitário em R\$ 6,7 bilhões, contra superávit de R\$ 4,1 bilhões no mês anterior.



Em 2014, o déficit do Governo Central, acumulado até novembro, foi de R\$ 18,3 bilhões, equivalente a 0,39% do PIB.

As transferências da União aos Estados e Municípios apresentaram aumento de R\$ 4,2 bilhões (28,9%), sobretudo em função do acréscimo de R\$ 3,2 bilhões (31,6%) nas transferências constitucionais, principalmente devido à sazonalidade da arrecadação do IRPJ.

As despesas do Governo Central apresentaram acréscimo de R\$ 2,8 bilhões (3,2%) no comparativo entre outubro e novembro de 2014. Observou-se aumento de R\$ 6,2 bilhões (20,5%) nas despesas da Previdência Social, sobretudo devido ao pagamento da última parcela relativa à gratificação natalina a parte dos segurados e dependentes da Previdência (Decreto nº 8.292/2014) e ao aumento de R\$ 2,9 bilhões em sentenças judiciais e precatórios judiciários. Por sua vez, as despesas de pessoal e encargos sociais apresentou incremento de R\$ 4,3 bilhões (25,2%), explicado em grande parte pelo aumento de R\$ 1,8 bilhão no pagamento de precatórios e sentenças judiciais. A variação nas despesas foi parcialmente compensada por uma redução de R\$ 7,6 bilhões (19,3%) nas despesas de Custeio e Capital.

Comparativamente ao acumulado no mesmo período de 2013, houve decréscimo de R\$ 80,9 bilhões no resultado primário do Governo Central, passando de uma posição de superávit de R\$ 62,5 bilhões em 2013 para déficit de R\$ 18,3 bilhões em 2014.

As receitas do Governo Central apresentaram crescimento de R\$ 41,6 bilhões (3,9%) relativamente ao acumulado até novembro de 2013. Desse montante, destaca-se o crescimento das receitas de impostos (R\$ 22,7 bilhões), contribuições (R\$ 13,4 bilhões) e receitas previdenciárias (R\$ 28,4 bilhões). Esse resultado decorre do efeito conjugado do desempenho dos principais indicadores macroeconômicos que influenciam a arrecadação de impostos, bem como as desonerações tributárias. As demais receitas apresentaram redução de R\$ 23,1 bilhões, principalmente pela arrecadação, em novembro de 2013, de bônus de assinatura de contrato de concessão de petróleo e gás, no valor de R\$ 15,0 bilhões, sem contrapartida em 2014.

As transferências a Estados e Municípios apresentaram aumento de R\$ 17,1 bilhões (10,0%) em 2014, em virtude, principalmente, do crescimento de R\$ 11,5 bilhões (9,0%) observado nas transferências constitucionais, de R\$ 1,8 bilhão nas transferências relativas à Lei Complementar nº 115/2002, havendo sido pago R\$ 1,9 bilhão a título de auxílio financeiro aos Estados e Municípios (MP nº 629/2013), sem contrapartida em igual período de 2013, além do crescimento de R\$ 1,6 bilhão (18,4%) nas transferências relacionadas ao Fundeb e de R\$ 875,8 milhões (9,7%) nas transferências relativas ao salário educação.

Ainda com relação ao período compreendido entre janeiro e novembro do ano anterior, as despesas do Governo Central cresceram R\$ 105,3 bilhões (12,7%), destacando-se os incrementos de R\$ 15,4 bilhões (8,5%) nas despesas com pessoal e encargos sociais e de R\$ 58,9 bilhões (18,4%) nas outras despesas de custeio e capital. As variações mais significativas nesse último item foram os aumentos de R\$ 26,4 bilhões (16,4%) nas despesas discricionárias e de R\$ 13,7 bilhões (33,9%) nas despesas com o PAC. Cumpre destacar a incorporação como despesa primária do pagamento de auxílio à CDE, a partir de julho de 2013, que alcançou em 2014 valor acumulado de R\$ 9,0 bilhões, ante R\$ 6,4 bilhões no mesmo período do ano anterior, além das despesas de compensação do RGPS, a partir de abril de 2013, que acumulou R\$ 16,3 bilhões em 2014, contra R\$ 8,0 bilhões em 2013.

% PIB

Tabela 2 - Resultado do Governo Central - Brasil - 2013/2014

Discriminação	Jan - Nov	
	2013	2014
GOVERNO CENTRAL	1,41%	-0,39%
Tesouro Nacional	2,69%	0,86%
Previdência Social	-1,25%	-1,25%
Banco Central	-0,02%	0,00%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Receitas do Tesouro Nacional

A Receita do Governo Central apresentou decréscimo de 3,6% relativamente ao mês anterior, devido, principalmente, ao pagamento da 1ª cota ou cota única do IRPJ e da CSLL, referente à apuração trimestral encerrada no mês de setembro.

R\$ Milhões

Tabela 3 - Receitas Primárias do Governo Central¹ - Brasil - 2013/2014

Discriminação do Resultado	Out/14	Nov/14	Variação %	Jan - Nov		Variação %
				2013	2014	
I. RECEITA TOTAL	106.179,5	102.383,3	-3,6%	1.061.397,4	1.103.021,0	3,9%
I.1. Receitas do Tesouro	78.232,8	73.476,9	-6,1%	793.330,4	806.391,4	1,6%
Receita Bruta ²	81.047,8	76.750,4	-5,3%	813.637,2	826.673,4	1,6%
Impostos	37.308,2	35.256,2	-5,5%	362.605,8	385.293,1	6,3%
IR	26.655,1	24.442,4	-8,3%	258.875,6	277.296,5	7,1%
IPI	4.661,0	4.867,4	4,4%	42.833,8	46.306,2	8,1%
Outros	5.992,1	5.946,4	-0,8%	60.896,5	61.690,4	1,3%
Contribuições	30.800,4	30.173,4	-2,0%	301.731,7	315.098,2	4,4%
Cofins	17.116,4	17.947,5	4,9%	173.086,5	178.423,6	3,1%
CSLL	6.669,0	4.957,8	-25,7%	58.425,7	61.758,4	5,7%
Pis/Pasep	4.481,2	4.681,0	4,5%	45.483,9	47.390,5	4,2%
Cide-Combustíveis	0,7	5,8	733,8%	10,1	13,3	31,1%
Outras	2.533,1	2.581,4	1,9%	24.725,5	27.512,3	11,3%
Demais	12.939,2	11.320,8	-12,5%	149.299,7	126.282,1	-15,4%
Cota parte de compensações financeiras	6.179,0	1.813,2	-70,7%	34.628,6	37.703,0	8,9%
Diretamente arrecadadas	3.361,4	2.831,8	-15,8%	39.451,9	39.234,8	-0,6%
Concessões	20,1	11,8	-41,6%	22.056,3	2.814,8	-87,2%
Dividendos	98,6	128,2	30,0%	15.750,2	17.902,8	13,7%
Outras	3.280,1	6.535,8	99,3%	37.412,6	28.626,6	-23,5%
(-) Restituições	-2.815,0	-3.273,5	16,3%	-20.255,2	-20.275,7	0,1%
(-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	-	-51,6	-6,3	-87,8%
I.2. Receitas da Previdência Social ³	27.589,1	28.818,7	4,5%	265.403,6	293.785,8	10,7%
Receitas da Previdência Social - Urbano	27.064,2	28.283,5	4,5%	259.889,3	287.775,2	10,7%
Receitas da Previdência Social - Rural	525,0	535,2	2,0%	5.514,3	6.010,6	9,0%
I.3. Receitas do Banco Central	357,6	87,6	-75,5%	2.663,4	2.843,7	6,8%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Apurado pelo conceito de "caixa", que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

2. Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

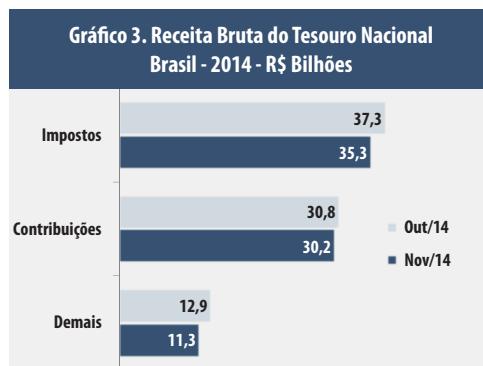
3. Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

Receitas do Tesouro Nacional

Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

A receita bruta do Tesouro Nacional apresentou decréscimo de R\$ 4,3 bilhões (5,3%), passando de R\$ 81,0 bilhões, em outubro, para R\$ 76,8 bilhões em novembro de 2014. Este comportamento é explicado principalmente pela redução de R\$2,1 bilhões na arrecadação de impostos, R\$ 626,9 milhões na arrecadação de contribuições e de R\$1,6 bilhão no ingresso de demais receitas.

As receitas de impostos federais totalizaram R\$ 35,3 bilhões e as de contribuições R\$ 30,2 bilhões, apresentando em seu conjunto um decréscimo de R\$ 2,7 bilhões (3,9%) em relação aos valores apurados em outubro. Essa evolução decorre sobretudo devido aos seguintes fatores:



i) redução de 4,2 bilhões (33,5%) na arrecadação com IRPJ e de R\$1,7 bilhão (25,7%) na CSLL, em função do pagamento em outubro da 1º cota ou cota única do IRPJ e da CSLL, referente à apuração trimestral encerrada no mês de setembro de 2013, sem evento correspondente no mês de novembro;

ii) crescimento de R\$ 2,1 bilhões (17,3%) na arrecadação de IRRF devido ao crescimento de R\$ 2,5 bilhões (37,8%) no IRRF – Rendimentos do Trabalho, compensado em parte pela redução de R\$ 246,9 milhões (8,2%) no IRRF – Rendimentos do Capital e de R\$ 192,0 milhões (12,2%) no IRRF – Remessas ao Exterior;

iii) aumento de R\$ 831,0 milhões (4,9%) na arrecadação da Cofins; e

iv) crescimento de R\$ 263,1 milhões (10,4%) na arrecadação de IOF.

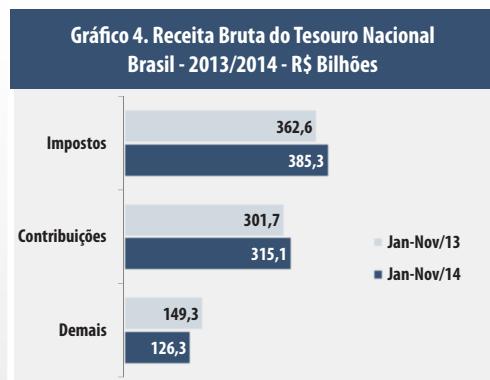
As demais receitas do Tesouro Nacional registraram redução de R\$ 1,6 bilhão (12,5%), principalmente devido a:

i) redução R\$ 4,4 bilhões (70,7%) na cota parte de compensações financeiras, que teve, em outubro, recolhimento trimestral da participação especial pela produção e exploração de petróleo e gás natural, sem evento correspondente no mês atual; e

ii) aumento de R\$ 2,5 bilhões (111,4%) em outras receitas, sobretudo explicado pela reabertura do parcelamento da Lei nº 12.996/2014 e pelo aproveitamento de créditos fiscais para quitação antecipada de parcelamentos, conforme disposto na Lei nº 13.043/2014.

A receita bruta do Tesouro Nacional decresceu R\$ 4,3 bilhões (5,3%) em relação ao mês anterior, explicado, principalmente, pela redução de R\$ 2,1 bilhões na arrecadação de impostos, de R\$ 626,9 milhões na arrecadação de contribuições e de R\$1,6 bilhão no ingresso de demais receitas.

Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior



Até novembro de 2014, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de R\$ 13,1 bilhões (1,6%) em relação ao ano anterior.

Na comparação com o acumulado até outubro de 2013, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de R\$ 13,0 bilhões (1,6%), passando de R\$ 813,6 bilhões para R\$ 826,7 bilhões. Esse resultado decorre, principalmente, do efeito conjugado do desempenho dos principais indicadores macroeconômicos que influenciam a arrecadação de tributos, bem como das desonerações

tributárias, em especial, da folha de pagamento. Destaque-se, ainda, a arrecadação extraordinária em maio de 2013, no valor de R\$ 4,0 bilhões, referente a Cofins/PIS e ao IRPJ/CSLL. Adicionalmente, houve arrecadação nos meses de agosto a novembro de 2014 no valor de R\$ 17,5 bilhões, referente à adesão aos parcelamentos de débitos, instituídos pela Lei nº 12.996/2014 e Lei nº 13.043/2014, enquanto que em 2013, os parcelamentos de débitos totalizaram R\$ 20,4 bilhões, iniciados em novembro.

As variações na arrecadação de impostos e contribuições decorreram, principalmente, dos seguintes fatores:

i) aumento de R\$ 14,3 bilhões (11,7%) na arrecadação de IRRF, sobretudo em função de: a) crescimento de R\$ 7,7 bilhões nas receitas com IRRF – Rendimentos do Trabalho, decorrente da variação nominal de 9,2% da massa salarial habitual, nos meses de dezembro de 2013 a outubro de 2014, em relação a igual período dos anos anteriores; b) acréscimo de R\$ 4,6 bilhões (17,0%) no IRRF – Rendimentos de Capital devido, principalmente, aos aumentos de 40,6% do imposto de renda incidente sobre aplicação financeira de renda fixa e de 17,8% na arrecadação do item Outros; e c) R\$ 1,5 bilhão (9,9%) no IRRF – Remessas ao Exterior, explicado sobretudo pelo comportamento dos itens royalties e assistência técnica (20,7%) e juros sobre capital próprio (19,7%);

ii) acréscimo de R\$ 2,7 bilhões (2,4%) no IRPJ e de R\$ 3,3 bilhões (5,7%) na CSLL determinado, principalmente, pelos seguintes fatores: a) arrecadação extraordinária, em maio de 2013, no valor de cerca de R\$ 3,0 bilhões, por parte de empresas do setor financeiro;

Discriminação	% PIB	
	2013	2014
RECEITA BRUTA ¹	18,41%	17,65%
Impostos	8,20%	8,23%
IR	5,86%	5,92%
IPI	0,97%	0,99%
Outros	1,38%	1,32%
Contribuições	6,83%	6,73%
Cofins	3,92%	3,81%
CSLL	1,32%	1,32%
Pis/Pasep	1,03%	1,01%
Cide-Combustíveis	0,00%	0,00%
Outras	0,56%	0,59%
Demais	3,38%	2,70%
Cota parte de compensações financeiras	0,78%	0,80%
Diretamente arrecadadas	0,89%	0,84%
Concessões	0,50%	0,06%
Dividendos	0,36%	0,38%
Outras	0,85%	0,61%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Discriminação	Jan - Nov	
	2013	2014
Banco do Brasil	3.005,4	1.918,8
BNB	228,0	97,5
BNDES	6.391,7	9.079,7
Caixa	4.000,0	3.906,4
Correios	101,1	0,0
Eletrobras	267,9	230,5
IRB	56,9	50,0
Petrobras	1.015,5	2.012,7
Demais	683,8	607,2
Total	15.750,2	17.902,8

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos à alteração.

b) diferença, a maior, de cerca de R\$ 5,0 bilhões de pagamentos efetuados por meio de compensações tributárias, afetando, especialmente, o item relativo “Estimativa Mensal”; e c) lançamento de Ofícios, Depósitos Judiciais e Acréscimos Legais em razão do parcelamento da Lei nº 12.996/2014;

iii) incremento de R\$ 5,3 bilhões (3,1%) na Cofins e de R\$ 1,9 bilhão (4,2%) no Pis/Pasep, devido, sobretudo, ao efeito conjugado de: a) redução de 1,1% do volume de vendas de dezembro de 2013 a outubro de 2014 em relação ao período de dezembro de 2012 a

outubro de 2013 (PMC-IBGE); b) compensações tributárias; c) alteração da base de cálculo do PIS/Cofins-Importação, em conformidade com a Lei nº 12.865/2012; e d) recolhimento extraordinário de depósitos judiciais e acréscimos legais, nos meses de maio a novembro de 2013;

iv) crescimento de R\$ 3,5 bilhões (8,1%) no IPI, principalmente em função do crescimento do IPI – Outros, associado à recomposição da alíquota incidente sobre a aquisição de móveis e linha branca, e do IPI – Automóveis; e

v) incremento de R\$ 1,6 bilhão (10,2%) no Salário Educação.

O conjunto das demais receitas do Tesouro Nacional apresentou redução de R\$ 23,0 bilhões (15,4%), em relação ao acumulado de 2013, decorrente, principalmente, do efeito conjugado dos seguintes fatores:

i) redução de R\$ 19,2 bilhões (87,2%) em Concessões, principalmente em função das receitas do bônus de assinatura de contratos de concessão de petróleo e gás relativos à 11ª rodada da ANP, no montante de R\$ 2,1 bilhões, e ao campo de Libra, no total de R\$ 15,0 bilhões, realizados respectivamente em julho e novembro de 2013, bem como do recolhimento, em maio, junho e agosto de 2013, de receitas advindas da outorga de serviços de telecomunicações, totalizando cerca de R\$ 2,4 bilhões;

ii) redução de R\$ 9,7 bilhões (36,9%) de Outras receitas, influenciado, sobretudo, pelo recebimento de R\$ 20,4 bilhões em novembro de 2013 relativo ao parcelamento instituído pela Lei nº 12.865/2013, compensado parcialmente pelos parcelamentos de 2014, relativos à Lei nº 13.043/2014, à Lei nº 12.996/2014 e à Lei nº 12.865/2013 e pela reabertura desses por meio da Lei nº 12.973/2014, que totalizaram R\$ 17,5 bilhões de agosto a novembro;

iii) crescimento de R\$ 3,1 bilhões (8,9%) nas receitas referentes à cota parte de compensações financeiras, passando de R\$ 34,6 bilhões até novembro de 2013 para R\$ 37,7 bilhões no mesmo período de 2014, devido ao aumento da produção e do preço internacional do petróleo, bem como da taxa média de câmbio; e

iv) aumento de R\$ 2,2 bilhões (13,7%) na arrecadação com dividendos, passando de R\$ 15,8 bilhões em 2013 para R\$ 17,9 bilhões em 2014.

Transferências do Tesouro Nacional

As transferências a Estados e Municípios apresentaram acréscimo de R\$ 4,2 bilhões (28,9%) em novembro de 2014, refletindo repasses no âmbito da participação especial pela exploração de petróleo e gás natural e a sazonalidade da arrecadação dos tributos compartilhados.

R\$ Milhões

Tabela 6 - Transferências a Estados e Municípios - Brasil - 2013/2014

Discriminação do Resultado	Out/14	Nov/14	Variação %	Jan - Nov		Variação %
				2013	2014	
TRANSFERÊNCIAS TOTAL	14.522,0	18.718,7	28,9%	171.096,6	188.236,2	10,0%
Transferências Constitucionais	10.180,2	13.401,8	31,6%	127.288,6	138.785,2	9,0%
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 ¹	162,5	162,5	0,0%	1.787,5	3.575,0	100,0%
Transferências da Cide - Combustíveis	0,0	0,0	-	57,3	116,1	102,5%
Demais Transferências	4.179,3	5.154,5	23,3%	41.963,2	45.760,0	9,0%
Salário Educação	860,3	889,2	3,4%	9.044,1	9.919,9	9,7%
Royalties	2.103,6	3.474,8	65,2%	22.090,5	23.247,1	5,2%
Fundef/Fundeb	685,8	685,8	0,0%	8.589,2	10.173,7	18,4%
Outras	529,6	104,6	-80,2%	2.239,4	2.419,3	8,0%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

Transferências do Tesouro Nacional

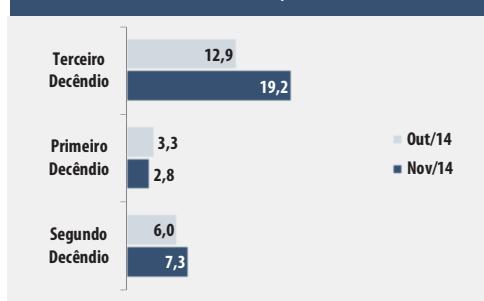
Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

Em novembro de 2014, as transferências da União aos Estados e Municípios apresentaram crescimento de R\$ 4,2 bilhões (28,9%), totalizando R\$ 18,7 bilhões, contra R\$ 14,5 bilhões no mês anterior. Esse comportamento decorre, principalmente:

i) do aumento de R\$ 3,2 bilhões (31,6%) nas transferências constitucionais, reflexo da variação de arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI), em especial devido ao pagamento da 1ª cota ou cota única do IRPJ, em outubro, com reflexo nas transferências de novembro;

ii) do acréscimo de R\$ 1,4 bilhão (65,2%) nas transferências de royalties de petróleo, instituídas pela Lei nº 9.478/1997, em decorrência do repasse de recursos provenientes de participação especial pela exploração de petróleo e gás natural; e

iii) do decréscimo de R\$ 425,0 milhões (80,2%) em Outras Transferências, explicado, principalmente, pelo repasse do ITR aos municípios, que ocorre sempre nos meses de outubro.

Gráfico 5. Base de Cálculo Transferências Constitucionais Brasil - 2014 - R\$ Bilhões


Transferências do Tesouro Nacional

Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior

No acumulado até novembro, as transferências a Estados e Municípios apresentaram, em seu conjunto, aumento de R\$ 17,1 bilhões (10,0%), elevando-se de R\$ 171,1 bilhões em 2013 para R\$ 188,2 bilhões em 2014. As principais variações no período foram:

- i) aumento de R\$ 11,5 bilhões (9,0%) nas transferências constitucionais, reflexo do aumento da arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI), principalmente em função da reclassificação, em dezembro de 2013, do Refis, com impacto nas transferências de janeiro de 2014;
- ii) crescimento de R\$ 1,8 bilhão (100,0%) nas transferências relativas à Lei Complementar nº 115/2002 (totalizando R\$ 3,4 bilhões em 2014), explicado, sobretudo, pelo pagamento de auxílio financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios (MP nº 629/2013), no montante de R\$ 1,9 bilhão no mês de janeiro, sem evento correspondente em igual período de 2013;
- iii) acréscimo de R\$ 1,6 bilhão (18,4%) nas transferências relacionadas ao Fundeb;
- iv) aumento de R\$ 1,2 bilhão (5,2%) nas transferências de royalties de petróleo, instituídas pela Lei nº 9.478/1997; e
- v) crescimento de R\$ 875,8 milhões (9,7%) nas transferências relativas ao salário educação.

Em relação a 2013, as transferências apresentaram crescimento de R\$ 17,1 bilhões (10,0%), influenciadas pelo aumento de R\$ 11,5 bilhões (9,0%) nas transferências constitucionais e pelo aumento de R\$ 3,8 bilhões (9,0%) em Demais Transferências.

Tabela 7 - Transferências a Estados e Municípios - Brasil - 2013/2014

Discriminação	Jan - Nov		% PIB
	2013	2014	
TRANSFERÊNCIAS TOTAL	3,87%	4,02%	
Transferências Constitucionais	2,88%	2,96%	
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 ¹	0,04%	0,08%	
Transferências da Cide - Combustíveis	0,00%	0,00%	
Demais Transferências ²	0,95%	0,98%	

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006) e da MP nº 629/2013.

2. Inclui valores referentes ao auxílio financeiro aos Municípios, nos termos da Lei nº 12.859/2013.

Despesas do Tesouro Nacional

Em novembro, a despesa do Governo Central apresentou um aumento de R\$ 2,8 bilhões explicado, principalmente, pelo incremento de R\$ 2,9 bilhões em sentenças judiciais e precatórios previdenciários e de R\$ 1,8 bilhão em sentenças judiciais e precatórios de pessoal.

R\$ Milhões

 Tabela 8 - Despesas Primárias do Governo Central¹ - Brasil - 2013/2014

Discriminação do Resultado	Out/14	Nov/14	Variação %	Jan - Nov		Variação %
				2013	2014	
I. DESPESA TOTAL	87.571,3	90.375,6	3,2%	827.764,9	933.104,2	12,7%
I.1. Despesas do Tesouro	56.843,6	53.270,5	-6,3%	503.358,2	577.809,6	14,8%
Pessoal e Encargos Sociais ²	17.105,6	21.414,6	25,2%	181.337,4	196.739,5	8,5%
Custeio e Capital	39.420,7	31.813,0	-19,3%	320.000,6	378.857,2	18,4%
Despesa do FAT	7.504,9	3.492,8	-53,5%	43.081,4	50.922,8	18,2%
Subsídios e Subvenções Econômicas ³	806,3	803,3	-0,4%	9.494,7	8.488,5	-10,6%
Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV) ⁴	3.153,4	3.281,7	4,1%	31.412,0	35.294,9	12,4%
Capitalização da Petrobras	0,0	0,0	-	0,0	0,0	-
Auxílio à CDE	1.000,0	0,0	-100,0%	6.368,0	9.000,0	41,3%
Outras Despesas de Custeio e Capital	26.956,1	24.235,2	-10,1%	229.644,6	275.151,0	19,8%
Outras Despesas de Custeio	20.614,8	19.427,5	-5,8%	171.250,2	201.627,9	17,7%
Outras Despesas de Capital ⁵	6.341,3	4.807,7	-24,2%	58.394,3	73.523,1	25,9%
Transferência do Tesouro ao Banco Central	317,4	42,9	-86,5%	2.020,2	2.212,9	9,5%
I.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios) ⁶	30.481,3	36.730,2	20,5%	320.713,1	352.253,1	9,8%
Benefícios Previdenciários - Urbano	23.695,4	27.381,6	15,6%	247.204,6	271.530,3	9,8%
Benefícios Previdenciários - Rural	6.785,8	9.348,6	37,8%	73.508,5	80.722,8	9,8%
I.3. Despesas do Banco Central	246,4	374,8	52,1%	3.693,6	3.041,6	-17,7%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui despesas realizadas com recursos da complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

2. Exclui a parcela patronal da CPSS do servidor público federal.

3. Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

4. Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central. A partir de janeiro de 2010, a rubrica inclui despesas com sentenças judiciais e precatórios.

5. Inclui despesas do Programa Minha Casa Minha Vida, conforme Lei nº 12.693/2012.

6. Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

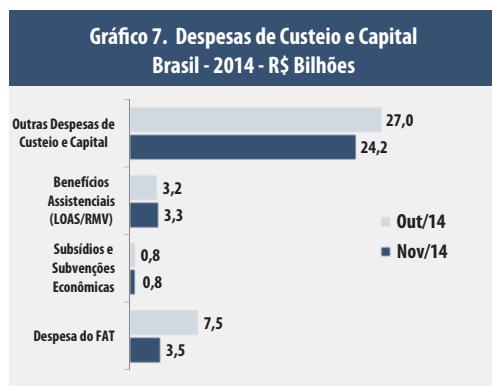
Despesas do Tesouro Nacional

Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

Em novembro, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 90,4 bilhões, representando um aumento de R\$ 2,8 bilhões (3,2%) em relação a outubro de 2014. Esse comportamento decorreu do efeito conjugado do decréscimo de R\$ 7,6 bilhões (19,3%) nas despesas de Custeio e Capital, do aumento de R\$ 4,3 bilhões (25,2%) nas despesas de Pessoal e Encargos Sociais e da diminuição de R\$ 274,5 milhões (86,5%) nas transferências do Tesouro ao Banco Central.

A variação nas despesas de custeio e capital deve-se, sobretudo, aos seguintes fatores:

i) diminuição de R\$ 4,0 bilhões (53,5%) nas despesas do FAT. O pagamento do abono salarial observa o calendário referente ao exercício 2014/2015 (julho/2014 a junho/2015) regulamentado pela Resolução Codefat nº 731/2014;



ii) diminuição de R\$ 1,0 bilhão relativos ao auxílio à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE); e

iii) redução de R\$ 2,7 bilhões

(10,1%) no item Outras Despesas de Custeio e Capital, devido, principalmente, às reduções nas despesas no âmbito do PAC (R\$ 1,8 bilhão) e nas despesas discricionárias (R\$ 1,3 bilhão).

As despesas de Pessoal e Encargos Sociais totalizaram R\$ 21,4 bilhões no mês frente a R\$ 17,1 bilhões em outubro de 2014. Houve aumento de R\$ 1,8 bilhão no pagamento de precatórios e sentenças judiciais de pessoal em relação ao mês anterior.

Tabela 9 - Outras Despesas de Custeio e Capital - Brasil - 2014			
Discriminação	Out/14	Nov/14	Variação %
Precatórios e Sentenças	65,8	564,6	757,4%
Legislativo	134,5	131,0	-2,6%
Judiciário	871,9	741,0	-15,0%
Crédito Extraordinário ¹	280,9	299,9	6,7%
PAC ²	4.279,8	2.443,4	-42,9%
Outras ³	436,3	357,9	-18,0%
Compensação RGPS ⁴	1.554,0	1.688,8	8,7%
Discricionárias	19.332,8	18.008,7	-6,8%
Min. da Saúde	6.934,9	7.349,8	6,0%
Min. do Des. Social	3.768,6	2.642,2	-29,9%
Min. da Educação	3.572,1	2.923,7	-18,2%
Demais	5.057,2	5.093,0	0,7%
Total	26.956,1	24.235,2	-10,1%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Exclui crédito extraordinário relativo ao Programa de Aceleração do Crescimento.

2. Corresponde à despesa do PAC passível de reduzir a meta de superávit primário.

3. Inclui subvenções econômicas, benefícios de leg. especial, transferências ANA, fundos de desenvolvimento ADA/ADENE, doações, anistiados, convênios, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

4. Despesa correspondente à compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em função da desoneração da folha de pagamentos, conforme previsto na Lei nº 12.715/2012.

Despesas do Tesouro Nacional

Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior

As despesas do Tesouro Nacional apresentaram aumento de R\$ 74,5 bilhões (14,8%) em relação ao acumulado no mesmo período de 2013, destacando-se as variações de R\$ 58,9 bilhões (18,4%) nas Despesas de Custeio e Capital e de R\$ 15,4 bilhões (8,5%) nos gastos com Pessoal e Encargos Sociais.



Em comparação ao acumulado de 2013, os gastos com o PAC apresentaram incremento de 33,9%, alcançando um total de R\$ 53,9 bilhões em 2014.

O aumento de R\$ 58,9 bilhões observado nos gastos com Custeio e Capital, quando comparado ao acumulado no mesmo período de 2013, pode ser explicado por:

i) crescimento de R\$ 45,5 bilhões (19,8%) nas Outras Despesas de Custeio e Capital. As variações mais significativas foram: a) aumento de R\$ 26,4 bilhões (16,4%) nas despesas discricionárias; b) crescimento de R\$ 13,7 bilhões (33,9%) nas despesas do PAC; e c) aumento de R\$ 8,3 bilhões (103,1%) na despesa correspondente à compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em função da desoneração da folha de pagamentos, conforme previsto na Lei nº 12.546/2011 e suas alterações. Cumpre destacar que a compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social é realizada nos termos da Portaria Conjunta RFB/MF/INSS/MPS nº 2, de 28 de março de 2013, sendo que o primeiro dispêndio ocorreu em abril de 2013. Nas despesas discricionárias, as maiores variações foram observadas nos gastos do Ministério da Saúde, com aumento de R\$ 10,3 bilhões (15,0%); do Ministério do Desenvolvimento Social, com incremento de R\$ 3,1 bilhões (12,2%); e do Ministério da Educação, com aumento de R\$ 5,6 bilhões (19,8%).

ii) aumento de R\$ 2,6 bilhões (41,3%) nas despesas em favor da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), devido ao fato de o primeiro pagamento ter acontecido em julho de 2013;

iii) incremento de R\$ 3,9 bilhões (12,4%) nos gastos com benefícios assistenciais (LOAS/RMV), em relação ao mesmo período de 2013. Essa variação é explicada pelo aumento de 4,9% na quantidade de benefícios emitidos e pelos reajustes de 9,0% e de 6,8% do salário mínimo nos anos de 2013 e 2014, respectivamente;

iv) aumento de R\$ 7,8 bilhões (18,2%) nas despesas do FAT; e

v) redução de R\$ 1,0 bilhão (10,6%) nos dispêndios com Subsídios e Subvenções Econômicas, em relação ao acumulado em 2013, alcançando

R\$ 8,5 bilhões. Este resultado decorreu da execução dos seguintes Programas: a) Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf (diminuição de R\$ 1,0 bilhão); b) Política de preços agrícolas (elevação de R\$ 619,0 milhões); e c) Equalização de custeio agropecuário (aumento de R\$ 423,2 milhões).

Os dispêndios com a folha salarial tiveram aumento de R\$ 15,4 bilhões (8,5%), passando de R\$ 181,3 bilhões no acumulado até novembro de 2013, para R\$ 196,7 bilhões em 2014. Cumpre destacar que houve diminuição de R\$ 676,1 milhões no pagamento de precatórios e sentenças judiciais de pessoal em relação ao mesmo período do ano anterior.

O montante de restos a pagar (RP) pagos até novembro de 2014, segundo a ótica do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira, relativos a custeio e investimento, exceto Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), correspondeu a R\$ 27,8 bilhões. Do total dos RP pagos, a execução concentrou-se, principalmente, nos Ministérios da Saúde (R\$ 6,3 bilhões) e Educação (R\$ 6,2 bilhões).

Discriminação	Jan - Nov		Variação %
	2013	2014	
Precatórios e Sentenças	3.358,3	1.153,8	-65,6%
Legislativo	1.274,2	1.468,3	15,2%
Judiciário	6.485,9	7.790,5	20,1%
Crédito Extraordinário ¹	6.149,3	3.834,2	-37,6%
PAC ²	40.264,3	53.919,1	33,9%
Outras ³	3.597,4	3.831,8	6,5%
Compensação RGPS ⁴	8.013,8	16.275,5	103,1%
Discricionárias	160.501,3	186.877,7	16,4%
Min. da Saúde	68.208,2	78.471,2	15,0%
Min. do Des. Social	25.330,1	28.420,5	12,2%
Min. da Educação	28.274,2	33.869,1	19,8%
Demais	38.688,9	46.116,9	19,2%
Total	229.644,6	275.151,0	22,3%

Fonte: Tesouro Nacional

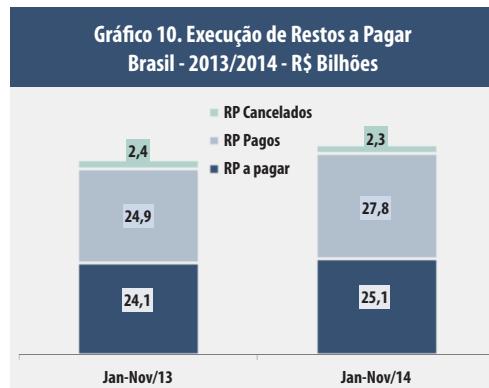
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Exclui crédito extraordinário relativo ao Programa de Aceleração do Crescimento.

2. Corresponde à despesa do PAC passível de reduzir a meta de superávit primário.

3. Inclui subvenções econômicas, benefícios de leg. especial, transferências ANA, fundos de desenvolvimento ADA/ADENE, doações, anistiados, convênios, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

4. Despesa correspondente à compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em função da desoneração da folha de pagamentos, conforme previsto na Lei nº 12.715/2012.



R\$ Milhões

Discriminação	Jan - Nov	
	2013	2014
Agricultura	3.257,7	2.554,4
Custeio Agropecuário	126,1	549,4
Investimento Rural	332,1	44,1
Preços Agrícolas	286,7	905,7
EGF	85,6	7,6
AGF	31,8	474,4
Sustent. de preços	169,3	423,7
Pronaf	1.632,8	593,0
Pesa	757,7	352,5
Álcool	0,0	0,0
Cacau	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incrá	52,1	13,0
FUNCAFÉ	63,3	93,9
Revitaliza	6,9	2,8
Outros	2.121,9	1.546,3
PSI	121,9	110,7
Op. Microcredito (EQMPO)	477,4	367,3
Op. Microcredito (EQPCD)	0,5	0,8
FND	0,0	0,0
FSA	250,0	125,0
Exportação (Proex)	245,6	536,0
Itaipu ¹	472,9	406,3
Capitalização à EMGEA	553,6	0,0
Total	5.379,6	4.100,6

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Refere-se à subvenção parcial à remuneração por cessão de energia elétrica de Itaipu, conforme Decreto Legislativo nº 129/2011.

R\$ Milhões

**Tabela 12- Quantidade de Benefícios Emitidos LOAS - Média Acumulada no Ano
Brasil - 2008/2014**

	Total LOAS	Variação em relação à média do ano anterior	Idosos	Variação em relação à média do ano anterior	Portadores de Necessidades Especiais	Variação em relação à média do ano anterior
média 2007	2.575.467,0	7,8%	1.239.649,3	9,5%	1.335.817,8	6,3%
média 2008	2.810.538,0	9,1%	1.360.235,3	9,7%	1.450.302,8	8,6%
média 2009	3.052.295,3	8,6%	1.487.566,1	9,4%	1.564.729,2	7,9%
média 2010	3.290.375,3	7,8%	1.583.853,0	6,5%	1.706.522,3	9,1%
média 2011	3.506.563,7	6,6%	1.658.459,3	4,7%	1.848.104,3	8,3%
média 2012	3.683.282,7	5,0%	1.717.885,8	3,6%	1.965.396,9	6,3%
média 2013	3.869.032,5	5,0%	1.787.220,4	4,0%	2.081.812,1	5,9%
Nov/07	2.565.889,2	-	1.234.552,3	-	1.331.336,9	-
Nov/08	2.799.271,3	9,1%	1.354.457,5	9,7%	1.444.813,7	8,5%
Nov/09	3.041.881,6	8,7%	1.482.688,5	9,5%	1.559.193,2	7,9%
Nov/10	3.280.269,3	7,8%	1.580.276,4	6,6%	1.699.992,9	9,0%
Nov/11	3.498.493,4	6,7%	1.655.789,6	4,8%	1.842.703,7	8,4%
Nov/12	3.675.231,8	5,1%	1.714.955,3	3,6%	1.960.276,5	6,4%
Nov/13	3.860.381,6	5,0%	1.784.027,2	4,0%	2.076.354,5	5,9%
Nov/14	4.046.620,8	4,8%	1.850.146,6	3,7%	2.196.474,2	5,8%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

% PIB

Tabela 13 - Despesas do Tesouro Nacional - Brasil - 2013/2014

Discriminação	Jan - Nov	
	2013	2014
DESPESAS DO TESOURO NACIONAL	11,39%	12,34%
Pessoal e Encargos Social	4,10%	4,20%
Custeio e Capital	7,24%	8,09%
Despesas do FAT	0,97%	1,09%
Subsídios e Subvenções ¹	0,21%	0,18%
LOAS/RMV ²	0,71%	0,75%
Outras	5,20%	5,87%
Transferências ao Bacen	0,05%	0,05%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

2. Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central. A partir de janeiro de 2010, a rubrica inclui despesas com sentenças judiciais e precatórios.

Previdência Social

Em novembro de 2014, a Previdência Social registrou déficit de R\$ 7,9 bilhões contra déficit de R\$ 2,9 bilhões no mês anterior. Esse comportamento é devido principalmente ao pagamento da última parcela do abono equivalente à gratificação natalina a parte dos segurados e dependentes da Previdência (Decreto nº 8.292/2014) e ao pagamento de R\$ 3,4 bilhões de sentenças e precatórios de benefícios previdenciários.

Discriminação do Resultado	Out/14	Nov/14	Variação %	Jan - Nov		Variação %
				2013	2014	
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	27.589,1	28.818,7	4,5%	257.389,8	277.555,5	7,8%
Arrecadação Bruta	30.765,8	31.837,7	3,5%	289.228,0	312.178,4	7,9%
Contribuição Previdenciária	25.858,1	26.061,8	0,8%	259.543,9	277.518,5	6,9%
Simples ¹	3.155,5	3.920,5	24,2%	27.392,4	32.620,4	19,1%
CFT	0,0	0,0	-	99,1	0,0	-100,0%
Depósitos Judiciais	183,3	145,2	-20,8%	2.085,5	1.878,0	-9,9%
Refis	14,9	21,5	43,9%	107,0	116,2	8,6%
Compensação RGPS ²	1.554,0	1.688,8	8,7%	0,0	45,3	-
(-) Restituição/Devolução	-262,1	-102,3	-61,0%	-1.668,2	-1.149,2	-31,1%
(-) Transferências a Terceiros	-2.914,6	-2.916,7	0,1%	-30.170,0	-33.473,7	11,0%
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	30.481,3	36.730,2	20,5%	320.713,1	352.253,1	9,8%
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-2.892,1	-7.911,5	173,6%	-63.323,3	-74.697,5	18,0%
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB				-1,43%	-1,59%	

Fonte: Ministério da Previdência Social

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Inclui arrecadação previdenciária vinculada à Lei nº 11.941/2009.

2. Receita correspondente à compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em função da desoneração da folha de pagamentos, conforme previsto na Lei nº 12.715/2012.

Previdência Social

Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

Em novembro de 2014, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R\$ 7,9 bilhões, contra um déficit de R\$ 2,9 bilhões em outubro. Os principais fatores que contribuíram para este resultado foram:

- i) aumento de R\$ 6,2 bilhões no total de despesas com benefícios (20,5%) devido, principalmente, ao pagamento da última parcela do abono equivalente à gratificação natalina a parte dos segurados e dependentes da Previdência, conforme Decreto nº 8.292, de 4 de agosto de 2014;
- ii) pagamento de R\$ 3,4 bilhões de precatórios e sentenças judiciais de benefícios previdenciários, R\$ 2,9 bilhões superior ao valor pago em outubro; e
- iii) a arrecadação líquida de novembro teve um crescimento de R\$ 1,2 bilhão (4,5% em relação a outubro) proveniente do aumento de R\$ 203,7 milhões na arrecadação da contribuição previdenciária e de R\$ 765,0 milhões por meio do Simples. Além disso, houve o ingresso de R\$ 1,7 bilhão na receita de compensação do RGPS, devida pela União à Previdência Social em função da desoneração da folha de pagamentos estabelecida na Lei nº 12.715/12, R\$ 134,8 milhões superior ao registrado no mês anterior.

Previdência Social

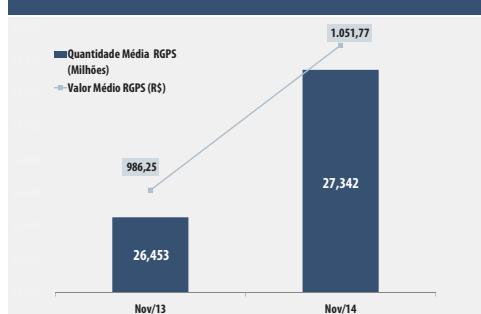
Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior

Comparativamente ao acumulado até novembro, o déficit previdenciário manteve-se em 1,25% do PIB. Em termos nominais, o déficit teve um aumento de R\$ 3,2 bilhões (5,7%), acumulando R\$ 58,5 bilhões no ano, contra R\$ 55,3 bilhões em 2013.

Ressalte-se que o resultado da receita previdenciária no período foi influenciado pelas desonerações tributárias sobre a folha de pagamentos, em especial, pelas desonerações instituídas por meio da Lei nº 12.546/2011 e suas alterações. Nesse sentido, é realizada compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social nos termos da Portaria Conjunta RFB/MF/INSS/MPS nº 2, de 28 de abril de 2013.

O déficit previdenciário manteve-se em 1,25% do PIB em 2014, comparado com 2013.

Gráfico 11. Benefícios Emitidos da Previdência Brasil - 2013/2014



A arrecadação líquida apresentou aumento de R\$ 28,4 bilhões (10,7%). Isso se deve ao crescimento de 9,2% da massa salarial, calculada para o período entre dezembro de 2013 a outubro de 2014, comparativamente ao mesmo período do ano anterior, que refletiu o aumento de R\$ 18,0 bilhões (6,9%) nas contribuições previdenciárias. Outro fator que explica o aumento na arrecadação líquida foi o acréscimo de R\$ 8,3 bilhões (103,1%)

do montante de compensações do RGPS. Destaca-se também o aumento da arrecadação proveniente das micro e pequenas empresas, por meio do Simples, que teve um incremento de R\$ 5,2 bilhões (19,1%).

As despesas com benefícios apresentaram aumento de R\$ 31,5 bilhões (9,8%), comparativamente ao período idêntico do exercício de 2013, devido, principalmente, aos seguintes fatores:

i) aumento de R\$ 65,52 (6,6%) no valor médio dos benefícios pagos pela Previdência, como consequência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso;

ii) elevação de 888,7 mil no número médio de benefícios mensais emitidos em 2014 (3,4%), resultado, sobretudo, dos aumentos de 615,9 mil de benefícios referentes a aposentadorias, de 170,0 mil referentes a pensões por morte e 86,5 mil de benefícios referentes a auxílio-doença;

iii) pagamento de precatórios e sentenças judiciais de benefícios previdenciários no valor de R\$ 8,7 bilhões até novembro de 2014 contra o pagamento de R\$ 7,3 bilhões no mesmo período de 2013.

Tabela 15 - Resultado da Previdência Social - Brasil - 2013/2014

Discriminação	R\$ Milhões		Variação %	% PIB		
	Jan - Nov			2013	Jan - Nov	
	2013	2014		2013	2014	
CONTRIBUIÇÃO	265.403,6	293.785,8	10,7%	6,00%	6,27%	
Urbano	259.889,3	287.775,2	10,7%	5,88%	6,14%	
Rural	5.514,3	6.010,6	9,0%	0,12%	0,13%	
BENEFÍCIOS	320.713,1	352.253,1	9,8%	7,26%	7,52%	
Urbano	247.204,6	271.530,3	9,8%	5,59%	5,80%	
Rural	73.508,5	80.722,8	9,8%	1,66%	1,72%	
RESULTADO PRIMÁRIO	-55.309,6	-58.467,3	5,7%	-1,25%	-1,25%	
Urbano	12.684,7	16.244,9	28,07%	0,29%	0,35%	
Rural	-67.994,3	-74.712,2	9,9%	-1,54%	-1,60%	

Fonte: Ministério da Previdência Social

Obs.1: Dados sujeitos a alteração.

Obs.2: A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

Em mil benefícios

Tabela 16 - Quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social - Brasil - 2013/2014

Discriminação	Out/14	Nov/14	Variação %	Média Jan - Nov		Variação %
				2013	2014	
BENEFÍCIOS DO RGPS	27.725	27.757	0,1%	26.453	27.342	3,4%
Previdênciários	26.861	26.895	0,1%	25.609	26.488	3,4%
Aposentadorias	17.844	17.889	0,3%	17.015	17.624	3,6%
Idade	9.453	9.479	0,3%	8.968	9.324	4,0%
Invalidez	3.169	3.172	0,1%	3.090	3.148	1,9%
Tempo de contribuição	5.222	5.238	0,3%	4.957	5.151	3,9%
Pensão por morte	7.292	7.302	0,1%	7.059	7.231	2,4%
Auxílio-Doença	1.529	1.516	-0,9%	1.363	1.451	6,4%
Salário - maternidade	96	89	-7,7%	87	87	0,1%
Outros	99	100	0,2%	84	95	12,5%
Acidentários	864	861	-0,3%	844	854	1,2%
Aposentadorias	195	196	0,3%	185	193	4,0%
Pensão por morte	119	119	-0,2%	121	120	-1,6%
Auxílio - doença	180	176	-1,8%	174	174	-0,4%
Auxílio - acidente	311	312	0,2%	299	308	3,1%
Auxílio - suplementar	59	59	-0,5%	64	60	-5,4%

Fonte: Ministério da Previdência Social

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Dívida Líquida do Tesouro Nacional

A Dívida Líquida do Tesouro Nacional - DLTN alcançou o montante de R\$ 1,1 trilhão em novembro de 2014. Comparativamente ao mês anterior houve aumento de R\$ 33,2 bilhões, consequência do acréscimo de R\$ 28,7 bilhões na dívida interna líquida e de R\$ 4,5 bilhões no estoque da dívida externa líquida.

R\$ Milhões

Tabela 17 - Dívida Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - 2013/2014

Discriminação	Out/14	Nov/14	Variação %	Nov/13	Nov/14	Variação %
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	987.276,8	1.015.978,2	2,9%	850.345,9	1.015.978,2	19,5%
Dívida Interna	3.026.039,8	3.109.436,2	2,8%	2.902.247,1	3.109.436,2	7,1%
Haveres Internos	2.038.762,9	2.093.458,0	2,7%	2.051.901,2	2.093.458,0	2,0%
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	103.957,0	108.416,9	4,3%	96.798,3	108.416,9	12,0%
Dívida Externa	104.529,9	108.951,7	4,2%	97.220,0	108.951,7	12,1%
Haveres Externos	572,9	534,8	-6,7%	421,7	534,8	26,8%
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	1.091.233,8	1.124.395,1	3,0%	947.144,2	1.124.395,1	18,7%
IV. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB ¹	21,5%	22,0%		19,7%	22,0%	

Fonte: Tesouro Nacional

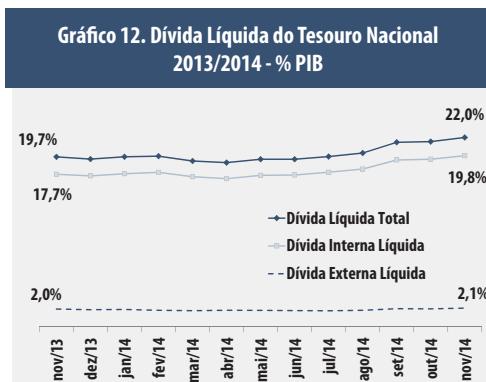
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

Em relação a novembro de 2013, a DLTN aumentou R\$ 177,3 bilhões, em decorrência do aumento de R\$ 165,6 bilhões no estoque da dívida interna líquida e da elevação de R\$ 11,6 bilhões no estoque da dívida externa líquida.

Em percentual do PIB, a DLTN aumentou cerca de 2,3 p.p. no mesmo período, passando de 19,7% em novembro de 2013 para 22,0% em novembro de 2014.

Em novembro de 2014, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional atingiu 22,0% do PIB, 0,5 p.p. superior ao montante registrado em outubro de 2014.



Dívida Interna Líquida

Em relação ao PIB, a Dívida Interna Líquida apresentou acréscimo de 2,2 p.p. comparativamente a novembro do ano anterior.

Discriminação	Out/14	Nov/14	Variação %	Nov/13	Nov/14	Variação %
I. DÍVIDA INTERNA	3.026.039,8	3.109.436,2	2,8%	2.902.247,1	3.109.436,2	7,1%
Dívida Mobiliária	3.022.998,5	3.106.461,1	2,8%	2.897.668,8	3.106.461,1	7,2%
DPMFi em Poder do PÚBLICO ¹	2.050.840,1	2.100.003,9	2,4%	1.972.222,5	2.100.003,9	6,5%
DPMFi em Poder do Banco Central	1.002.117,3	1.036.979,2	3,5%	950.226,0	1.036.979,2	9,1%
(-) Aplicações em Títulos Públicos ²	-29.958,9	-30.522,0	1,9%	-24.779,7	-30.522,0	23,2%
Demais Obrigações Internas	3.041,3	2.975,1	-2,2%	4.578,4	2.975,1	-35,0%
II. HAVERES INTERNOS	2.038.762,9	2.093.458,0	2,7%	2.051.901,2	2.093.458,0	2,0%
Disponibilidades Internas	489.382,9	532.971,7	8,9%	626.190,1	532.971,7	-14,9%
Haveres junto aos Governos Regionais	528.246,3	531.998,0	0,7%	523.840,3	531.998,0	1,6%
Haveres da Administração Indireta	376.477,2	379.186,8	0,7%	330.295,1	379.186,8	14,8%
Haveres Administrados pela STN	644.656,5	649.301,5	0,7%	571.575,7	649.301,5	13,6%
III. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	987.276,8	1.015.978,2	2,9%	850.345,9	1.015.978,2	19,5%
IV. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB ³	19,4%	19,9%		17,7%	19,9%	

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Inclui TDA e dívida securitizada.

2. Refere-se a aplicações do FAT e fundos públicos em títulos públicos federais.

3. PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

No mês de novembro, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 1,0 trilhão, apresentando um acréscimo de R\$ 28,7 bilhões em relação ao mês anterior, consequência ao aumento de R\$ 54,7 bilhões no saldo de haveres internos e de R\$ 83,4 bilhões no estoque da dívida interna bruta. Como percentual do PIB, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional representou o equivalente a 19,9% em novembro de 2014.

A Dívida Mobiliária Interna (Dívida Pública Mobiliária Federal interna - DPMFi), descontadas as aplicações do FAT e de outros fundos públicos em títulos

Discriminação	Out/14	Nov/14	Variação %	Nov/13	Nov/14	Variação %
EM PODER DO PÚBLICO	2.050.840,1	2.100.003,9	2,4%	1.972.222,5	2.100.003,9	6,5%
LFT	400.328,8	407.931,3	1,9%	396.246,2	407.931,3	2,9%
LTN	611.398,1	643.645,2	5,3%	615.467,6	643.645,2	4,6%
NTN-B	691.361,4	694.699,3	0,5%	630.154,2	694.699,3	10,2%
NTN-C	69.798,0	71.013,8	1,7%	68.530,0	71.013,8	3,6%
NTN-F	240.486,4	244.657,3	1,7%	225.866,5	244.657,3	8,3%
Demais ¹	37.467,3	38.056,9	1,6%	35.957,8	38.056,9	5,8%
APLICAÇÕES EM TÍTULOS PÚBLICOS	-29.958,9	-30.522,0	1,9%	-24.779,7	-30.522,0	23,2%
EM PODER DO BANCO CENTRAL	1.002.117,3	1.036.979,2	3,5%	950.226,0	1.036.979,2	9,1%
TOTAL	3.022.998,5	3.106.461,1	2,8%	2.897.668,8	3.106.461,1	7,2%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Inclui TDA e dívida securitizada.

federais, aumentou em R\$ 84,0 bilhões em relação ao mês anterior. Essa variação pode ser explicada pela emissão líquida de R\$ 56,1 bilhões e pela apropriação de juros no valor de R\$ 27,9 bilhões.

R\$ Milhões

Tabela 20 - Variação da Dívida Mobiliária Interna do Tesouro Nacional¹ - Brasil - 2014

Discriminação	Saldo Out/14	Fatores de Variação ²			Saldo Nov/14
		Emissões	Resgates ³	Juros ⁴	
EM PODER DO PÚBLICO	2.050.840,1	39.739,9	-9.588,5	19.012,4	2.100.003,9
LFT	400.328,8	4.934,2	-733,9	3.402,1	407.931,3
LTN	611.398,1	27.058,8	-38,4	5.226,6	643.645,2
NTN-B	691.361,4	5.366,4	-8.084,9	6.056,5	694.699,3
NTN-C	69.798,0	0,0	-0,3	1.216,1	71.013,8
NTN-F	240.486,4	1.998,5	-8,9	2.181,2	244.657,3
Demais ⁵	37.467,3	381,9	-722,1	929,8	38.056,9
EM PODER DO BANCO CENTRAL	1.002.117,3	29.990,8	-4.031,1	8.902,3	1.036.979,2
TOTAL	3.052.957,4	69.730,7	-13.619,6	27.914,7	3.136.983,1

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Não inclui saldos de haveres relativos às aplicações oficiais em títulos públicos.

2. Valores negativos (positivos) indicam decréscimo (acréscimo) ao saldo da obrigação.

3. Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos e outros ajustes.

4. Refere-se aos juros apropriados por competência.

5. Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

A carteira de títulos em poder do público cresceu R\$ 49,2 bilhões em relação ao mês anterior. Houve emissão líquida de R\$ 30,2 bilhões e apropriação de juros no valor de R\$ 19,0 bilhões. O estoque da carteira de títulos do Banco Central aumentou R\$ 34,9 bilhões, devido à emissão líquida de R\$ 26,0 bilhões e apropriação de juros de R\$ 8,9 bilhões.

Os haveres internos do Tesouro Nacional apresentaram aumento de R\$ 54,7 bilhões em relação ao mês anterior, refletindo principalmente o acréscimo de R\$ 43,6 bilhões nas disponibilidades internas, em especial do saldo da conta única. Comparativamente ao saldo de novembro do exercício de 2013, houve aumento de R\$ 41,6 bilhões no total de haveres internos do Tesouro Nacional, fruto, sobretudo, do acréscimo de R\$ 77,7 bilhões nos haveres administrados pela Secretaria do Tesouro Nacional, que teve como destaque os haveres de legislação específica. Outros fatores que explicam o aumento dos haveres internos do Tesouro Nacional, em relação a novembro de 2013, foram os acréscimos de R\$ 48,9 bilhões nos haveres da administração indireta.

Relativamente ao ano anterior, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional aumentou R\$ 162,8 bilhões, passando de R\$ 850,3 bilhões, em novembro de 2013, para R\$ 1,0 trilhão em novembro de 2014. Esse comportamento é consequência do crescimento de R\$ 204,4 bilhões no estoque da dívida interna bruta, que superou o aumento de R\$ 41,6 bilhões verificado no saldo dos haveres internos. Em relação ao PIB, houve crescimento, passando de 17,7% para 19,8%.

A evolução da Dívida Mobiliária Interna do Tesouro Nacional no mês é explicada pela apropriação de juros no valor de R\$ 27,9 bilhões e pela emissão líquida de R\$ 56,1 bilhões.

R\$ Milhões

Tabela 21 - Haveres Internos do Tesouro Nacional - Brasil - 2013/2014

Discriminação	Out/14	Nov/14	Variação %	Nov/13	Nov/14	Variação %
DISPONIBILIDADES INTERNAS	489.382,9	532.971,7	8,9%	626.190,1	532.971,7	-14,9%
HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS	528.246,3	531.998,0	0,7%	523.840,3	531.998,0	1,6%
Lei 9.496/97	416.030,8	418.696,5	0,6%	410.123,4	418.696,5	2,1%
MP 2.185/01	73.514,6	74.388,6	1,2%	70.660,9	74.388,6	5,3%
Lei 8.727/93	12.956,7	12.885,5	-0,5%	15.483,1	12.885,5	-16,8%
Antecipação de Royalties	5.194,3	5.206,9	0,2%	6.426,0	5.206,9	-19,0%
Bônus Renegociados	4.780,5	5.013,8	4,9%	5.189,7	5.013,8	-3,4%
Demais Haveres	15.769,4	15.806,7	0,2%	15.957,2	15.806,7	-0,9%
HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	376.477,2	379.186,8	0,7%	330.295,1	379.186,8	14,8%
FAT	197.891,3	198.525,7	0,3%	182.477,8	198.525,7	8,8%
Fundos Regionais	91.015,0	91.803,8	0,9%	82.253,0	91.803,8	11,6%
Demais	87.570,9	88.857,3	1,5%	65.564,3	88.857,3	35,5%
HAVERES ADMINISTRADOS PELA STN	644.656,5	649.301,5	0,7%	571.575,7	649.301,5	13,6%
TOTAL	2.038.762,9	2.093.458,0	2,7%	2.051.901,2	2.093.458,0	2,0%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Dívida Externa Líquida

R\$ Milhões

Tabela 22 - Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - 2013/2014

Discriminação	Out/14	Nov/14	Variação %	Nov/13	Nov/14	Variação %
I. DÍVIDA EXTERNA	104.529,9	108.951,7	4,2%	97.220,0	108.951,7	12,1%
Dívida Mobiliária	94.925,1	98.933,0	4,2%	87.516,6	98.933,0	13,0%
Euro	5.679,9	5.954,8	4,8%	2.704,1	5.954,8	120,2%
Global US\$	75.615,1	79.231,3	4,8%	71.062,7	79.231,3	11,5%
Global BRL	13.630,1	13.746,9	0,9%	13.749,8	13.746,9	0,0%
Demais	-	-	-	-	-	-
Dívida Contratual	9.604,8	10.018,7	4,3%	9.703,4	10.018,7	3,2%
Organismos Internacionais	3.256,5	3.379,2	3,8%	3.000,6	3.379,2	12,6%
Bancos Privados e Agências Governamentais	6.348,3	6.639,5	4,6%	6.702,8	6.639,5	-0,9%
II. HAVERES EXTERNOS	572,9	534,8	-6,7%	421,7	534,8	26,8%
Disponibilidades de Fundos, Autarquias e Fundações	572,9	534,8	-6,7%	421,7	534,8	26,8%
III. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	103.957,0	108.416,9	4,3%	96.798,3	108.416,9	12,0%
IV. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB ¹	2,0%	2,1%		2,0%	2,1%	

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

Em novembro, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 108,4 bilhões, contra R\$ 104,0 bilhões em outubro. Houve aumento de R\$ 4,5 bilhões em relação ao mês anterior, explicado pelo efeito conjunto da variação cambial de R\$ 4,3 bilhões, do resgate líquido de R\$ 500,6 milhões e da apropriação de juros no valor de R\$ 666,2 milhões.

Em novembro de 2014, a Dívida Externa Líquida totalizou R\$ 108,4 bilhões, que equivale a 2,1% do PIB.

R\$ Milhões

Tabela 23 - Variação da Dívida Externa do Tesouro Nacional - Brasil - 2014

Discriminação	Saldo Out/14	Fatores de Variação ²				Saldo Nov/14
		Emissões	Resgates ¹	Juros ²	Variação Cambial	
DÍVIDA MOBILIÁRIA ³	94.925,1	0,0	-444,3	617,3	3.834,9	98.933,0
Global US\$	75.615,1	0,0	-444,3	474,9	3.585,5	79.231,3
Euro	5.679,9	0,0	0,0	25,6	249,3	5.954,8
Global BRL	13.630,1	0,0	0,0	116,8	0,0	13.746,9
Demais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
DÍVIDA CONTRATUAL	9.604,8	22,1	-78,4	48,9	421,3	10.018,7
Org Internacionais	3.256,5	8,0	-49,0	9,3	154,3	3.379,2
Bancos Privados/Agencias Governamentais	6.348,3	14,0	-29,4	39,5	267,0	6.639,5
TOTAL	104.529,9	22,1	-522,7	666,2	4.256,2	108.951,7

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos, pagamentos antecipados e outros ajustes.

2. Refere-se aos juros nominais apropriados por competência na moeda de referência, convertido para moeda local pela taxa de câmbio de final de período.

3. A partir de Jan/2010, o estoque da dívida mobiliária passou a ser apurado pelo método da TIR, alinhando-se à metodologia utilizada na apuração do estoque da DPMFi.

Comparativamente ao ano anterior, a elevação da Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional foi de R\$ 11,6 bilhões, passando de R\$ 96,8 bilhões, em novembro de 2013, para R\$ 108,4 bilhões, em novembro de 2014. Do estoque total da dívida externa, a dívida mobiliária corresponde a 90,8% (R\$ 98,9 bilhões) e a dívida contratual representa 9,2% (R\$ 10,0 bilhões).

Em proporção do PIB, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional aumentou 0,1 p.p. no mesmo período, passando de 2,0% em novembro de 2013 para 2,1% em novembro de 2014.

Anexos

1. Lista de Abreviaturas

2. Tabelas do Resultado Fiscal

Tabela 1.1. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Mensal

Tabela 1.2. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 2.1. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal

Tabela 2.2. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 3.1. Dividendos pagos à União - Brasil - Mensal

Tabela 3.2. Dividendos pagos à União - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 4.1. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal

Tabela 4.2. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 5.1. Investimento do Governo Federal por Órgão - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 6.1. Execução Financeira do Tesouro Nacional - Brasil - Mensal

Tabela 6.2. Execução Financeira do Tesouro Nacional - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 7.1. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central - Brasil - Mensal

Tabela 7.2. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 8.1. Dívida Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - Mensal

3. Boletim de Transferências para Estados e Municípios - Boletim FPE/FPM/IPI Exportação

1. Lista de Abreviaturas

Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

- Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CDE - Conta de Desenvolvimento Energético
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido
Emgea – Empresa Gestora de Ativos
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
Fistel – Fundo de Fiscalização das Telecomunicações
FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento
FPE – Fundo de Participação de Estados
FPM – Fundo de Participação de Municípios
FSB - Fundo Soberano do Brasil
Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
II - Imposto de Importação
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
IOF - Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
Paes – Parcelamento Especial
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional

PIB – Produto Interno Bruto

PIS – Programa de Integração Social

POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito

Proex – Programa de Incentivo às Exportações

Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PSH – Programa de Subsídio à Habitação

PSI – Programa de Sustentação do Investimento

Refis – Programa de Recuperação Fiscal

RFB – Receita Federal do Brasil

RGPS – Regime Geral da Previdência Social

RMV – Renda Mensal Vitalícia

Abreviaturas mais comuns da Dívida

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)

CVS – título representativo da dívida do FCVS

DPFe – Dívida Pública Federal Externa

DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna

FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais

Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior

IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)

Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITR – Imposto Territorial Rural

IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado

LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)

LTN – Letras do Tesouro Nacional

NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)

PAF – Plano Anual de Financiamento

Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia

TDA – Títulos da Dívida Agrária

TR – Taxa Referencial

Boletim FPM / FPE / IPI - Exportação

Em novembro de 2014 os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal do Brasil apresentaram acréscimo de 32,36% quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior.

As transferências a título de FPM/FPE atingiram o montante de R\$ 10.339 milhões, ante R\$ 7.811 milhões no mês anterior, já descontada a parcela do FUNDEB.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta no portal da Secretaria do Tesouro Nacional – STN (<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/transferencias-constitucionais-e-legais>).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse: > Governo (Estadual ou Municipal) > Gestão > Gestão de Recursos > Repasses de recursos.

Em novembro, as transferências a título de FPM e FPE atingiram R\$ 10,3 bilhões, já descontada a parcela do FUNDEB.

Distribuição do FPM/FPE

Origens	2013			2014			Variação Nominal		
	Outubro	Novembro	Até Novembro	Outubro	Novembro	Até Novembro	Nov/14 Out/14	Nov/14 Nov/13	Até Nov/14 Nov/13
FPM	3.730	5.188	50.432	3.994	5.287	54.980	32,36%	1,91%	9,02%
FPE	3.564	4.957	48.191	3.817	5.052	52.537	32,36%	1,91%	9,02%
IPI - Exp	309	343	3.208	333	382	3.511	14,83%	11,60%	9,45%

Obs.: Valores já deduzidos da retenção para o FUNDEB (-20%).

Previsto X Realizado

MÊS	FPE		FPM		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
Novembro	29,2%	32,36%	29,2%	32,36%	16,9%	14,83%

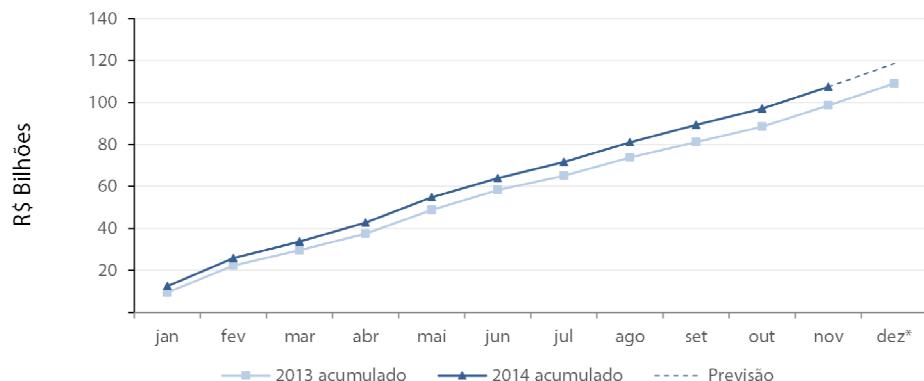
Obs.: Os percentuais de FPM Estimado e Realizado não consideram o repasse relativo ao FPM 1%.

Estimativa Trimestral

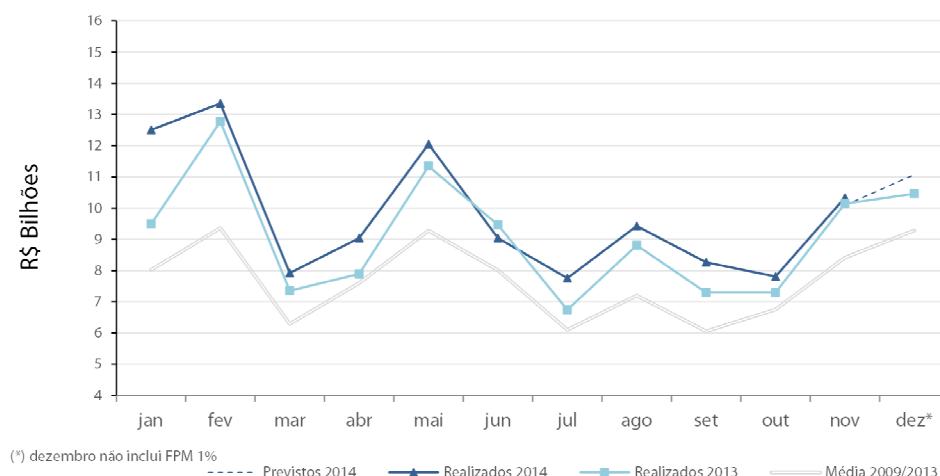
FUNDOS	Dezembro	Janeiro	Fevereiro
FPM	7,1%	5,0%	19,0%
FPE	7,1%	5,0%	19,0%
IPI - EXP	10,4%	1,0%	-26,0%

Gráficos

Valores Acumulados (FPM e FPE)



Sazonalidade Anual (FPM e FPE)



Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/10/2014 a 20/11/2014, conforme demonstrativo abaixo:

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida			Data do Crédito	Transferências				R\$ Milhões
	IPI	IR	IPI + IR		FPE	FPM	IPI-EXP	TOTAL	
OUT/3º DEC	3.258,8	15.979,5	19.238,2	NOV/1º DEC	3.309,0	3.462,9	260,7	7.032,6	
NOV/1º DEC	958,7	1.870,8	2.829,6	NOV/2ª DEC	486,7	509,3	76,7	1.072,7	
NOV/2ª DEC	562,0	6.742,5	7.304,5	NOV/3º DEC	1.256,4	1.314,8	45,0	2.616,1	
TOTAL	4.779,5	24.592,8	29.372,3	TOTAL	5.052,0	5.287,0	382,4	10.721,4	

Observações:

- Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta – Restituições – Incentivos Fiscais;
- Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e recebimentos de dívida ativa);
- Nas transferências regulares foram deduzidos 20% referentes à retenção para o FUNDEB;
- Não ocorrencia de Classificação por Estimativa. Não ocorrencia de Depósitos Judiciais.

Distribuição de Fundos

ESTADOS	UF	FPM	FPE	IPI-EXP	R\$ Mil
Acre	AC	28.185	172.830	19	
Alagoas	AL	126.044	210.170	332	
Amazonas	AM	81.137	140.972	2.964	
Amapá	AP	20.733	172.375	673	
Bahia	BA	484.257	474.699	21.551	
Ceará	CE	262.668	370.663	2.418	
Distrito Federal	DF	8.984	34.869	630	
Espírito Santo	ES	91.682	75.781	19.015	
Goiás	GO	194.057	143.634	8.672	
Maranhão	MA	219.795	364.666	3.392	
Minas Gerais	MG	693.447	225.043	55.034	
Mato Grosso do Sul	MS	78.552	67.293	6.862	
Mato Grosso	MT	96.499	116.596	5.927	
Pará	PA	185.890	308.780	22.529	
Paraíba	PB	170.946	241.937	440	
Pernambuco	PE	260.325	348.600	1.587	
Piauí	PI	140.351	218.319	78	
Paraná	PR	357.326	145.660	30.155	
Rio de Janeiro	RJ	158.696	77.180	64.507	
Rio Grande do Norte	RN	133.201	211.069	328	
Rondônia	RO	44.876	142.245	1.091	
Roraima	RR	26.347	125.326	14	
Rio Grande do Sul	RS	357.863	118.965	36.674	
Santa Catarina	SC	206.447	64.656	20.436	
Sergipe	SE	78.972	209.927	179	
São Paulo	SP	704.531	50.520	76.472	
Tocantins	TO	75.201	219.258	380	
TOTAL		5.287.012	5.052.033	382.360	

Observação: valores já deduzidos da retenção para o FUNDEB (-20%).

No Diário Oficial da União do dia 3 de dezembro de 2013, foi publicada a Portaria STN nº 667, de 2 de dezembro de 2013, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2014, disponível no endereço:

<https://www.tesouro.fazenda.gov.br/transferencias-constitucionais-e-legais>

Coordenação-Geral de Análise e Informações das Transferências Financeiras Inter-governamentais - COINT

Fone: (61) 3413-3051 Fax: (61) 3413-1519

Email: coint.df.stn@fazenda.gov.br ou transferencias.stn@fazenda.gov.br

Tabela 1.1. Resultado Primário do Governo Central^{1/} - Brasil - Mensal

R\$ Milhões



Discriminação	2013	2014		Variação (%)	
	Novembro	Outubro	Novembro	Nov/14 Out/14	Nov/14 Nov/13
1. RECEITA TOTAL	126.387,2	106.179,5	102.383,3	-3,6%	-19,0%
Receitas do Tesouro Nacional	100.548,1	78.232,8	73.476,9	-6,1%	-26,9%
Receita Bruta	103.782,0	81.047,8	76.750,4	-5,3%	-26,0%
Impostos	32.756,7	37.308,2	35.256,2	-5,5%	7,6%
Contribuições	27.458,4	30.800,4	30.173,4	-2,0%	9,9%
Demais ^{2/}	43.566,9	12.939,2	11.320,8	-12,5%	-74,0%
d/q Cessão Onerosa Exploração Petróleo	0,0	0,0	0,0	-	-
(-) Restituições	-3.233,9	-2.815,0	-3.273,5	16,3%	1,2%
(-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-	-
Receitas da Previdência Social	25.674,2	27.589,1	28.818,7	4,5%	12,2%
Receitas da Previdência Social - Urbano ^{3/}	25.174,9	27.064,2	28.283,5	4,5%	12,3%
Receitas da Previdência Social - Rural ^{3/}	499,3	525,0	535,2	2,0%	7,2%
Receitas do Banco Central	164,9	357,6	87,6	-75,5%	-46,9%
2. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	18.324,2	14.522,0	18.718,7	28,9%	2,2%
Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	13.110,2	10.180,2	13.401,8	31,6%	2,2%
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002^{4/}	162,5	162,5	162,5	0,0%	0,0%
Transferências da Cide - Combustíveis	0,0	0,0	0,0	-	-
Demais Transferências	5.051,5	4.179,3	5.154,5	23,3%	2,0%
3. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (1-2)	108.063,0	91.657,5	83.664,5	-8,7%	-22,6%
4. DESPESA TOTAL	79.093,0	87.571,3	90.375,6	3,2%	14,3%
Despesas do Tesouro Nacional	47.924,1	56.843,6	53.270,5	-6,3%	11,2%
Pessoal e Encargos Sociais ^{2/}	18.125,8	17.105,6	21.414,6	25,2%	18,1%
Custeio e Capital	29.675,7	39.420,7	31.813,0	-19,3%	7,2%
Despesa do FAT	4.728,0	7.504,9	3.492,8	-53,5%	-26,1%
Abono e Seguro Desemprego	4.700,0	7.463,8	3.450,0	-53,8%	-26,6%
Demais Despesas do FAT	28,0	41,1	42,8	4,0%	53,1%
Subsídios e Subvenções Econômicas ^{5/}	737,5	806,3	803,3	-0,4%	8,9%
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	420,6	429,9	340,1	-20,9%	-19,1%
Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	316,9	376,3	463,2	23,1%	46,2%
Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) ^{6/}	2.845,5	3.153,4	3.281,7	4,1%	15,3%
Capitalização da Petrobras	0,0	0,0	0,0	-	-
Auxílio à CDE	0,0	1.000,0	0,0	-100,0%	-
Outras Despesas de Custeio e Capital	21.364,7	26.956,1	24.235,2	-10,1%	13,4%
Outras Despesas de Custeio	16.655,6	20.523,4	19.427,1	-5,3%	16,6%
Outras Despesas de Capital ^{7/}	4.709,1	6.432,7	4.808,1	-25,3%	2,1%
Transferência do Tesouro ao Banco Central	122,7	317,4	42,9	-86,5%	-65,0%
Benefícios Previdenciários	30.658,0	30.481,3	36.730,2	20,5%	19,8%
Benefícios Previdenciários - Urbano ^{3/}	22.806,6	23.695,4	27.381,6	15,6%	20,1%
Benefícios Previdenciários - Rural ^{3/}	7.851,4	6.785,8	9.348,6	37,8%	19,1%
Despesas do Banco Central	510,9	246,4	374,8	52,1%	-26,6%
5. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB^{8/}	0,0	0,0	0,0	-	-
6. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (3 - 4 + 5)	28.969,9	4.086,2	-6.711,0	-	-
Tesouro Nacional	34.299,7	6.867,2	1.487,6	-78,3%	-95,7%
Previdência Social (RGPS)^{9/}	-4.983,8	-2.892,1	-7.911,5	173,6%	58,7%
Previdência Social (RGPS) - Urbano ^{3/}	2.368,3	3.368,8	901,9	-73,2%	-61,9%
Previdência Social (RGPS) - Rural ^{3/}	-7.352,0	-6.260,9	-8.813,4	40,8%	19,9%
Banco Central^{10/}	-346,0	111,2	-287,1	-	-17,0%
7. AJUSTE METODOLÓGICO^{11/}	0,0	0,0	0,0	-	-
8. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	-361,9	816,9	n.d.	-	-
9. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (6 + 7 + 8)^{12/}	28.608,0	4.903,1	n.d.	-	-
10. JUROS NOMINAIS^{12/}	-23.404,3	-18.008,9	n.d.	-	-
11. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (9 + 10)^{12/}	5.203,7	-13.105,8	n.d.	-	-
<i>Memo:</i>				-	-
Parcela patronal da CPSS ^{2/}	2.086,1	1.280,0	0,0	-100,0%	-100,0%
RMV ^{6/}	138,4	133,4	0,0	-100,0%	-100,0%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS e despesas realizadas com recursos dessa contribuição, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

2/ Exclui a receita da Contribuição para o Plano de Seguridade Social (CPSS) é da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem direitos no resultado primário consolidado.

3/ Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

4/ Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

5/ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

6/ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Lei Orgânica de Vantagem Financeira (LOVF) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central. A partir de janeiro de 2010, a rubrica inclui despesas com sentenças indiretas e precatórios.

7/ Apurado pelo conceito de "Despesas pagas", que corresponde aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano de referência. Exclui Ordens Bancárias do último dia do mês de referência, com impacto no caixa do período seguinte. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais informações da tabela porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção das despesas financeiras, conforme detalhamento na tabela A9. Inclui despesas com o Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV, conforme MP nº 516/2012.

8/ Em 2008 corresponde à despesa de integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008. Em 2012 corresponde à receita proveniente do resgate de cotas do Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização – FFIE, conforme previsto na Resolução CDFS-B nº 9/2012.

9/ Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

10/ Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (incli transferência do Tesouro Nacional).

11/ Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

12/ Pelo critério "abaixo-da-linha", sem desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil.

Tabela 1.2. Resultado Primário do Governo Central^{1/} - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões

Discriminação	2013	2014	Variação (%)
	Jan-Nov	Jan-Nov	Jan-Nov/14 Jan-Nov/13
1. RECEITA TOTAL	1.061.397,4	1.103.021,0	3,9%
<i>Receitas do Tesouro Nacional</i>	793.330,4	806.391,4	1,6%
Receita Bruta	813.637,2	826.673,4	1,6%
Impostos	362.605,8	385.293,1	6,3%
Contribuições	301.731,7	315.098,2	4,4%
Demais ^{2/}	149.299,7	126.282,1	-15,4%
d/q Cessão Onerosa Exploração Petróleo	0,0	0,0	-
(-) Restituições	-20.255,2	-20.275,7	0,1%
(-) Incentivos Fiscais	-51,6	-6,3	-87,8%
<i>Receitas da Previdência Social</i>	265.403,6	293.785,8	10,7%
Receitas da Previdência Social - Urbano ^{3/}	259.889,3	287.775,2	10,7%
Receitas da Previdência Social - Rural ^{3/}	5.514,3	6.010,6	9,0%
<i>Receitas do Banco Central</i>	2.663,4	2.843,7	6,8%
2. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	171.096,6	188.236,2	10,0%
<i>Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)</i>	127.288,6	138.785,2	9,0%
<i>Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002^{4/}</i>	1.787,5	3.575,0	100,0%
<i>Transferências da Cide - Combustíveis</i>	57,3	116,1	102,5%
<i>Demais Transferências</i>	41.963,2	45.760,0	9,0%
3. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (1-2)	890.300,8	914.784,7	2,8%
4. DESPESA TOTAL	827.764,9	933.104,2	12,7%
<i>Despesas do Tesouro Nacional</i>	503.358,2	577.809,6	14,8%
Pessoal e Encargos Sociais ^{2/}	181.337,4	196.739,5	8,5%
Custeio e Capital	320.000,6	378.857,2	18,4%
Despesa do FAT	43.081,4	50.922,8	18,2%
Abono e Seguro Desemprego	42.692,6	50.473,9	18,2%
Demais Despesas do FAT	388,8	448,9	15,5%
Subsídios e Subvenções Econômicas ^{5/}	9.494,7	8.488,5	-10,6%
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	5.379,6	4.254,0	-20,9%
Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	4.115,0	4.234,5	2,9%
Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) ^{6/}	31.412,0	35.294,9	12,4%
Capitalização da Petrobras	0,0	0,0	-
Auxílio à CDE	6.368,0	9.000,0	41,3%
Outras Despesas de Custeio e Capital	229.644,6	275.151,0	19,8%
Outras Despesas de Custeio	171.250,2	201.536,1	17,7%
Outras Despesas de Capital ^{7/}	58.394,3	73.614,9	26,1%
Transferência do Tesouro ao Banco Central	2.020,2	2.212,9	9,5%
<i>Benefícios Previdenciários</i>	320.713,1	352.253,1	9,8%
Benefícios Previdenciários - Urbano ^{3/}	247.204,6	271.530,3	9,8%
Benefícios Previdenciários - Rural ^{3/}	73.508,5	80.722,8	9,8%
<i>Despesas do Banco Central</i>	3.693,6	3.041,6	-17,7%
5. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB^{8/}	0,0	0,0	-
6. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (3 - 4 + 5)	62.535,9	-18.319,5	-
<i>Tesouro Nacional</i>	118.875,6	40.345,7	-66,1%
<i>Previdência Social (RGPS)^{9/}</i>	-55.309,6	-58.467,3	5,7%
Previdência Social (RGPS) - Urbano ^{3/}	12.684,7	16.244,9	28,1%
Previdência Social (RGPS) - Rural ^{3/}	-67.994,3	-74.712,2	9,9%
<i>Banco Central^{10/}</i>	-1.030,1	-197,9	-80,8%
7. AJUSTE METODOLÓGICO^{11/}	858,4	0,0	-100,0%
8. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	-2.848,0	nd	-
9. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (6 + 7 + 8)^{12/}	60.546,3	nd	-
10. JUROS NOMINAIS^{12/}	-166.400,8	nd	-
11. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (9 + 10)^{12/}	-105.854,4	nd	-
<i>Memo:</i>			
<i>Parcela patronal da CPSS^{2/}</i>	13.280,4	12.390,9	-6,7%
<i>RMV^{6/}</i>	1.620,3	1.408,7	-13,1%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS e despesas realizadas com recursos dessa contribuição, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

2/ Exclui da receita da Contribuição para o Plano de Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

3/ Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

4/ Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

5/ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

6/ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central. A partir de janeiro de 2010, a rubrica inclui despesas com sentença.

7/ Apurado pelo conceito de "Despesas pagas", que corresponde aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano de referência. Exclui Ordens Bancárias do último dia do mês de referência, com impacto no caixa do período seguinte. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais informações da tabela porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção das despesas financeiras, conforme detalhamento na tabela A9. Inclui despesas com o Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV, conforme MP nº 516/2012.

8/ Em 2008 corresponde à despesa de integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na MP nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008. Em 2012 corresponde à receita proveniente do resgate de cotas do Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização – FFIE, conforme previsto na Resolução CDFSB nº 9/2012.

9/ Receita de contribuições menores benefícios previdenciários.

10/ Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

11/ Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

12/ Pelo critério "abaixo-da-linha", sem desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil.

Tabela 2.1. Receitas Primárias do Governo Central^{1/} - Brasil - Mensal
R\$ Milhões



Discriminação	2013	2014		Variação (%)	
	Novembro	Outubro	Novembro	Nov/14 Out/14	Nov/14 Nov/13
1. RECEITA TOTAL	126.387,2	106.179,5	102.383,3	-3,6%	-19,0%
Receitas do Tesouro Nacional	100.548,1	78.232,8	73.476,9	-6,1%	-26,9%
Receita Bruta	103.782,0	81.047,8	76.750,4	-5,3%	-26,0%
Impostos	32.756,7	37.308,2	35.256,2	-5,5%	7,6%
IR	22.861,7	26.655,1	24.442,4	-8,3%	6,9%
IR - Pessoa Física	2.316,0	2.036,9	1.985,1	-2,5%	-14,3%
IR - Pessoa Jurídica	7.996,6	12.654,1	8.420,8	-33,5%	5,3%
IR - Retido na Fonte	12.549,1	11.964,1	14.036,5	17,3%	11,9%
IRRF - Rendimentos do Trabalho	8.021,4	6.569,2	9.052,4	37,8%	12,9%
IRRF - Rendimentos do Capital	2.304,0	3.012,9	2.766,0	-8,2%	20,1%
IRRF - Remessas ao Exterior	1.220,0	1.577,3	1.385,4	-12,2%	13,6%
IRRF - Outros Rendimentos	1.003,7	804,7	832,9	3,5%	-17,0%
IPI	4.334,4	4.661,0	4.867,4	4,4%	12,3%
IPI - Fumo	515,0	431,6	518,9	20,2%	0,8%
IPI - Bebidas	265,3	247,6	259,4	4,8%	-2,2%
IPI - Automóveis	288,5	518,8	451,4	-13,0%	56,4%
IPI - Vinculado a importação	1.389,9	1.479,0	1.335,0	-9,7%	-3,9%
IPI - Outros	1.875,8	1.984,0	2.302,7	16,1%	22,8%
IOF	2.425,7	2.505,8	2.767,1	10,4%	14,1%
Imposto de Importação	3.070,6	3.373,8	3.087,7	-8,5%	0,6%
Outros	64,3	112,5	91,5	-18,6%	42,3%
Contribuições	27.458,4	30.800,4	30.173,4	-2,0%	9,9%
COFINS	17.129,7	17.116,4	17.947,5	4,9%	4,8%
CPMF	4,6	0,6	2,1	272,6%	-53,4%
CSLL	3.919,2	6.669,0	4.957,8	-25,7%	26,5%
CIDE-Combustíveis	0,9	0,7	5,8	733,8%	543,7%
Pis/Pasep	4.166,2	4.481,2	4.681,0	4,5%	12,4%
Salário Educação	1.365,0	1.467,7	1.481,0	0,9%	8,5%
Outras ^{2/}	872,8	1.064,8	1.098,2	3,1%	25,8%
Demais	43.566,9	12.939,2	11.320,8	-12,5%	-74,0%
CPSS ^{3/}	1.633,5	1.043,2	1.807,4	73,3%	10,6%
Cota parte de compensações financeiras	1.813,5	6.179,0	1.813,2	-70,7%	0,0%
Diretamente arrecadadas	2.966,0	3.361,4	2.831,8	-15,8%	-4,5%
Concessões	15.014,8	20,1	11,8	-41,6%	-99,9%
Dividendos	1.199,8	98,6	128,2	30,0%	-89,3%
Cessão Onerosa Exploração de Petróleo	0,0	0,0	0,0	-	-
Outras	20.939,3	2.236,8	4.728,4	111,4%	-77,4%
(-) Restituições	-3.233,9	-2.815,0	-3.273,5	16,3%	1,2%
(-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-	-
Receitas da Previdência Social	25.674,2	27.589,1	28.818,7	4,5%	12,2%
Urbana	25.174,9	27.064,2	28.283,5	4,5%	12,3%
Rural	499,3	525,0	535,2	2,0%	7,2%
Receitas do Banco Central	164,9	357,6	87,6	-75,5%	-46,9%
2. TRANSFERÊNCIAS TOTAL^{4/}	18.324,2	14.522,0	18.718,7	28,9%	2,2%
Transferências Constitucionais	13.110,2	10.180,2	13.401,8	31,6%	2,2%
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 ^{5/}	162,5	162,5	162,5	0,0%	0,0%
Transferências da Cide - Combustíveis	0,0	0,0	0,0	-	-
Demais Transferências	5.051,5	4.179,3	5.154,5	23,3%	2,0%
Salário Educação	811,0	860,3	889,2	3,4%	9,6%
Royalties	3.479,7	2.103,6	3.474,8	65,2%	-0,1%
Fundef/Fundeb	683,4	685,8	685,8	0,0%	0,4%
Outras	77,4	529,6	104,6	-80,2%	35,1%
3. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (1-2)	108.063,0	91.657,5	83.664,5	-8,7%	-22,6%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Apurado pelo conceito de caixa, que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única.

2/ A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

3/ Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

4/ Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única.

5/ Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

Tabela 2.2. Receitas Primárias do Governo Central^{1/} - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões



Discriminação	2013 Jan-Nov	2014 Jan-Nov	Variação (%) Jan-Nov/14 Jan-Nov/13
1. RECEITA TOTAL	1.061.397,4	1.103.021,0	3,9%
Receitas do Tesouro Nacional	793.330,4	806.391,4	1,6%
Receita Bruta	813.637,2	826.673,4	1,6%
Impostos	362.605,8	385.293,1	6,3%
IR	258.875,6	277.296,5	7,1%
IR - Pessoa Física	25.032,5	26.499,2	5,9%
IR - Pessoa Jurídica	111.814,1	114.477,9	2,4%
IR - Retido na Fonte	122.029,0	136.319,4	11,7%
IRRF - Rendimentos do Trabalho	71.456,7	79.171,4	10,8%
IRRF - Rendimentos do Capital	27.228,5	31.860,0	17,0%
IRRF - Remessas ao Exterior	14.642,3	16.092,0	9,9%
IRRF - Outros Rendimentos	8.701,6	9.196,0	5,7%
IPI	42.833,8	46.306,2	8,1%
IPI - Fumo	4.737,8	5.139,2	8,5%
IPI - Bebidas	3.190,4	3.134,6	-1,7%
IPI - Automóveis	3.286,3	4.164,5	26,7%
IPI - Vinculado a importação	13.892,5	13.928,9	0,3%
IPI - Outros	17.726,8	19.939,1	12,5%
IOF	26.385,1	26.986,0	2,3%
Imposto de Importação	33.698,7	33.733,1	0,1%
Outros	812,7	971,2	19,5%
Contribuições	301.731,7	315.098,2	4,4%
COFINS	173.086,5	178.423,6	3,1%
CPMF	54,0	8,4	-84,4%
CSLL	58.425,7	61.758,4	5,7%
CIDE-Combustíveis	10,1	13,3	31,1%
Pis/Pasep	45.483,9	47.390,5	4,2%
Salário Educação	15.205,6	16.759,3	10,2%
Outras ^{2/}	9.465,9	10.744,6	13,5%
Demais	149.299,7	126.282,1	-15,4%
CPSS ^{3/}	11.232,0	12.114,1	7,9%
Cota parte de compensações financeiras	34.628,6	37.703,0	8,9%
Diretamente arrecadadas	39.451,9	39.234,8	-0,6%
Concessões	22.056,3	2.814,8	-87,2%
Dividendos	15.750,2	17.902,8	13,7%
Cessão Onerosa Exploração de Petróleo	0,0	0,0	-
Outras	26.180,6	16.512,5	-36,9%
(-) Restituições	-20.255,2	-20.275,7	0,1%
(-) Incentivos Fiscais	-51,6	-6,3	-87,8%
Receitas da Previdência Social	265.403,6	293.785,8	10,7%
Urbana	259.889,3	287.775,2	10,7%
Rural	5.514,3	6.010,6	9,0%
Receitas do Banco Central	2.663,4	2.843,7	6,8%
2. TRANSFERÊNCIAS TOTAL^{4/}	171.096,6	188.236,2	10,0%
Transferências Constitucionais	127.288,6	138.785,2	9,0%
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002^{5/}	1.787,5	3.575,0	100,0%
Transferências da Cide - Combustíveis	57,3	116,1	102,5%
Demais Transferências	41.963,2	45.760,0	9,0%
Salário Educação	9.044,1	9.919,9	9,7%
Royalties	22.090,5	23.247,1	5,2%
Fundef/Fundeb	8.589,2	10.173,7	18,4%
Outras	2.239,4	2.419,3	8,0%
3. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (1-2)	890.300,8	914.784,7	2,8%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Apurado pelo conceito de caixa, que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única.

2/ A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

3/ Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

4/ Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única.

5/ Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

Tabela 3.1. Dividendos pagos à União^{1/} - Brasil - Mensal
R\$ Milhões



Discriminação	2013	2014		Variação (%)	
	Novembro	Outubro	Novembro	Nov/14 Out/14	Nov/14 Nov/13
DIVIDENDOS	1.199,8	98,6	128,2	30,0%	-89,3%
Banco do Brasil	96,8	0,0	81,0	-	-16,4%
BNB	0,0	0,0	0,0	-	-
BNDES	0,0	0,0	0,0	-	-
Caixa	1.000,0	0,0	0,0	-	-100,0%
Correios	0,0	0,0	0,0	-	-
Eletrobras	0,0	0,0	0,0	-	-
IRB	55,8	0,0	0,0	-	-100,0%
Petrobras	0,0	0,0	0,0	-	-
Demais	47,2	98,6	47,2	-52,1%	0,1%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Apurado pelo conceito de caixa, que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única.

**Tabela 3.2. Dividendos pagos à União^{1/} - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões**



Discriminação	2013	2014	Variação (%) Jan-Nov/14 Jan-Nov/13
	Jan-Nov	Jan-Nov	
DIVIDENDOS	15.750,2	17.902,8	13,7%
Banco do Brasil	3.005,4	1.918,8	-36,2%
BNB	228,0	97,5	-57,2%
BNDES	6.391,7	9.079,7	42,1%
Caixa	4.000,0	3.906,4	-2,3%
Correios	101,1	0,0	-100,0%
Eletrobras	267,9	230,5	-13,9%
IRB	56,9	50,0	-12,0%
Petrobras	1.015,5	2.012,7	98,2%
Demais	683,8	607,2	-11,2%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Apurado pelo conceito de caixa, que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única.

Tabela 4.1. Despesas Primárias do Governo Central^{1/} - Brasil - Mensal
R\$ Milhões

Discriminação	2013 Novembro	2014		Variação (%)	
		Outubro	Novembro	Nov/14 Out/14	Nov/14 Nov/13
DESPESA TOTAL	79.093,0	87.571,3	90.375,6	3,2%	14,3%
Despesas do Tesouro	47.924,1	56.843,6	53.270,5	-6,3%	11,2%
<i>Pessoal e Encargos Sociais^{2/}</i>	18.125,8	17.105,6	21.414,6	25,2%	18,1%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	37,6	342,5	2.182,9	537,3%	-
<i>Custeio e Capital</i>	29.675,7	39.420,7	31.813,0	-19,3%	7,2%
Despesa do FAT	4.728,0	7.504,9	3.492,8	-53,5%	-26,1%
Abono e Seguro Desemprego	4.700,0	7.463,8	3.450,0	-53,8%	-26,6%
Demais Despesas do FAT	28,0	41,1	42,8	4,0%	53,1%
Subsídios e Subvenções Econômicas ^{4/}	737,5	806,3	803,3	-0,4%	8,9%
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	420,6	429,9	340,1	-20,9%	-19,1%
Equalização de custeio agropecuário	10,2	0,0	0,0	-	-99,7%
Equalização de invest. rural e agroindustrial ^{5/}	0,8	0,2	0,2	50,8%	-70,2%
Política de preços agrícolas	4,7	76,0	91,3	20,0%	-
Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,1	0,0	0,0	-	-100,0%
Equalização Aquisições do Governo Federal	4,6	19,3	41,1	113,1%	785,5%
Garantia à Sustentação de Preços	0,0	56,8	50,2	-11,6%	-
Pronaf	-3,3	33,3	17,2	-48,3%	-
Equalização Empréstimo do Governo Federal	2,1	0,1	5,0	-	142,3%
Concessão de Financiamento ^{6/}	-5,4	33,2	12,2	-63,2%	-
Proex	32,1	51,8	134,9	160,7%	320,8%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	31,9	60,2	77,3	28,3%	142,1%
Concessão de Financiamento ^{6/}	0,1	-8,4	57,7	-	-
Programa especial de saneamento de ativos (PESA) ^{7/}	82,4	0,0	0,0	-	-100,0%
Álcool	0,0	0,0	0,0	-	-
Cacau	0,0	0,0	0,0	-	-
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	-	-
Securitização da dívida agrícola (Lei nº 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	-	-
Fundo da terra/ INCRA ^{6/}	-8,5	2,1	67,4	-	-
Funcafé	2,8	14,5	22,8	57,1%	699,6%
Revitaliza	0,0	0,0	0,0	-	-
Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	8,3	0,0	0,0	-	-100,0%
Operações de Microcredito Produtivo Orientado (EQMPO)	49,1	249,2	0,0	-100,0%	-100,0%
Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD) ^{8/}	0,0	0,0	0,0	-	-
Fundo nacional de desenvolvimento (FND) ^{6/}	0,0	0,0	0,0	-	-
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	0,0	0,0	0,0	-	-
Capitalização à Emgea	195,9	0,0	0,0	-	-100,0%
Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	45,9	0,0	0,0	-	-100,0%
Subvenções Econômicas	0,0	2,8	6,3	120,9%	-
Equalização dos Fundos FDA/FNDE/FCO	0,0	0,0	0,0	-	-
Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	316,9	376,3	463,2	23,1%	46,2%
<i>Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV)^{9/}</i>	2.845,5	3.153,4	3.281,7	4,1%	15,3%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios ^{10/}	0,0	11,0	0,0	-100,0%	-
Capitalização da Petrobras	0,0	0,0	0,0	-	-
Auxílio à CDE	0,0	1.000,0	0,0	-100,0%	-
<i>Outras Despesas de Custeio e Capital</i>	21.364,7	26.956,1	24.235,2	-10,1%	13,4%
Sentenças Judiciais e Precatórios	7,3	65,8	564,6	757,4%	-
Legislativo	95,9	134,5	131,0	-2,6%	36,6%
Judiciário	553,2	871,9	741,0	-15,0%	33,9%
Crédito Extraordinário (Exclui-PAC)	417,2	280,9	299,9	6,7%	-28,1%
Programa de Aceleração do Crescimento - PAC	3.777,9	4.279,8	2.443,4	-42,9%	-35,3%
Outras Obrigatorias ^{10/}	250,5	436,3	357,9	-18,0%	42,9%
Discretionárias	15.299,4	19.332,8	18.008,7	-6,8%	17,7%
Compensação RGPS ^{11/}	963,3	1.554,0	1.688,8	8,7%	75,3%
<i>Transferência do Tesouro ao Banco Central</i>	122,7	317,4	42,9	-86,5%	-65,0%
<i>Benefícios Previdenciários</i>	30.658,0	30.481,3	36.730,2	20,5%	19,8%
<i>Benefícios Previdenciários - Urbano^{3/}</i>	22.806,6	23.695,4	27.381,6	15,6%	20,1%
Sentenças Judiciais e Precatórios	57,7	439,1	2.548,3	480,4%	-
<i>Benefícios Previdenciários - Rural^{3/}</i>	7.851,4	6.785,8	9.348,6	37,8%	19,1%
Sentenças Judiciais e Precatórios	20,0	126,6	875,0	590,9%	-
<i>Despesas do Banco Central</i>	510,91	246,42	374,77	52,1%	-26,6%

Memo:

<i>Parcela patronal da CPSS^{2/}</i>	2.086,1	1.280,0	2.185,0	70,7%	4,7%
<i>RMV^{8/}</i>	138,4	133,4	132,0	-1,0%	-4,7%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única.

2/ Exclui a parcela patronal da CPSS do servidor público federal.

3/ Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

4/ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

5/ Inclui retornos derivados de decisões judiciais relativas aos programas "Unificados Rurais" e "Unificados Industriais".

6/ Concessão de empréstimos menos retornos.

7/ Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada à inscrição em Dívida Ativa da União.

8/ Operações de crédito direcionadas exclusivamente para a aquisição de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência, nos termos da Lei nº 12.613/2012. Concessão de empréstimos menos retornos.

9/ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central. A partir de janeiro de 2010, a rubrica inclui despesas com sentenças judiciais e precatórios.

10/ A partir de 01/03/2012, inclui despesas realizadas com recursos de complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

11/ Despesa correspondente à compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em função da desoneração da folha de pagamentos, conforme previsto na Lei nº 12.715/2012.

Tabela 4.2. Despesas Primárias do Governo Central^{1/} - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões

Discriminação	2013	2014	Variação (%)
	Jan-Nov	Jan-Nov	Jan-Nov/14 Jan-Nov/13
DESPESA TOTAL	827.764,9	933.104,2	12,7%
Despesas do Tesouro	503.358,2	577.809,6	14,8%
<i>Pessoal e Encargos Sociais^{2/}</i>	<i>181.337,4</i>	<i>196.739,5</i>	<i>8,5%</i>
<i>d/q Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	<i>5.045,2</i>	<i>4.369,1</i>	<i>-13,4%</i>
<i>Custeio e Capital</i>	<i>320.000,6</i>	<i>378.857,2</i>	<i>18,4%</i>
<i>Despesa do FAT</i>	<i>43.081,4</i>	<i>50.922,8</i>	<i>18,2%</i>
Abono e Seguro Desemprego	42.692,6	50.473,9	18,2%
Demais Despesas do FAT	388,8	448,9	15,5%
<i>Subsídios e Subvenções Econômicas^{4/}</i>	<i>9.494,7</i>	<i>8.488,5</i>	<i>-10,6%</i>
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	5.379,6	4.254,0	-20,9%
Equalização de custeio agropecuário	126,1	549,4	335,5%
Equalização de invest. rural e agroindustrial ^{5/}	332,1	44,1	-86,7%
Política de preços agrícolas	286,7	905,7	215,9%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	85,6	7,6	-91,1%
Equalização Aquisições do Governo Federal	31,8	474,4	-
Garantia à Sustentação de Preços	169,3	423,7	150,3%
Pronaf	1.632,8	593,0	-63,7%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	1.715,0	433,2	-74,7%
Concessão de Financiamento ^{6/}	-82,2	159,8	-
Proex	245,6	536,0	118,2%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	553,7	733,4	32,5%
Concessão de Financiamento ^{6/}	-308,0	-197,3	-35,9%
Programa especial de saneamento de ativos (PESA) ^{7/}	757,7	352,5	-53,5%
Álcool	0,0	0,0	-
Cacau	0,0	0,0	-
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	-
Securitização da dívida agrícola (Lei nº 9.138/1995)	0,0	0,0	-
Fundo da terra/ INCRA ^{6/}	52,1	13,0	-75,1%
Funcafé	63,3	93,9	48,4%
Revitaliza	6,9	2,8	-58,6%
Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	121,9	110,7	-9,1%
Operações de Microcredito Produtivo Orientado (EQMPO)	477,4	367,3	-23,1%
Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD) ^{8/}	0,5	0,8	62,5%
Fundo nacional de desenvolvimento (FND) ^{6/}	0,0	0,0	-
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	250,0	125,0	-50,0%
Capitalização à Emgea	553,6	0,0	-100,0%
Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	472,9	406,3	-14,1%
Subvenções Econômicas	0,0	151,3	-
Equalização dos Fundos FDA/FNDE/FCO	0,0	2,1	-
Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	4.115,0	4.234,5	2,9%
<i>Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV)^{9/}</i>	<i>31.412,0</i>	<i>35.294,9</i>	<i>12,4%</i>
<i>d/q Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	<i>420,7</i>	<i>646,0</i>	<i>53,5%</i>
<i>Capitalização da Petrobras</i>	<i>0,0</i>	<i>0,0</i>	<i>-</i>
<i>Auxílio à CDE</i>	<i>6.368,0</i>	<i>9.000,0</i>	<i>41,3%</i>
<i>Outras Despesas de Custeio e Capital</i>	<i>229.644,6</i>	<i>275.151,0</i>	<i>19,8%</i>
<i>Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	<i>3.358,3</i>	<i>1.153,8</i>	<i>-65,6%</i>
<i>Legislativo</i>	<i>1.274,2</i>	<i>1.468,3</i>	<i>15,2%</i>
<i>Judiciário</i>	<i>6.485,9</i>	<i>7.790,5</i>	<i>20,1%</i>
<i>Crédito Extraordinário (Exclui-PAC)</i>	<i>6.149,3</i>	<i>3.834,2</i>	<i>-37,6%</i>
<i>Programa de Aceleração do Crescimento - PAC</i>	<i>40.264,3</i>	<i>53.919,1</i>	<i>33,9%</i>
<i>Outras Obrigatorias^{10/}</i>	<i>3.597,4</i>	<i>3.831,8</i>	<i>6,5%</i>
<i>Discretionárias</i>	<i>160.501,3</i>	<i>186.877,7</i>	<i>16,4%</i>
<i>Compensação RGPS^{11/}</i>	<i>8.013,8</i>	<i>16.275,5</i>	<i>103,1%</i>
<i>Transferência do Tesouro ao Banco Central</i>	<i>2.020,2</i>	<i>2.212,9</i>	<i>9,5%</i>
<i>Benefícios Previdenciários</i>	<i>320.713,1</i>	<i>352.253,1</i>	<i>9,8%</i>
<i>Benefícios Previdenciários - Urbano^{3/}</i>	<i>247.204,6</i>	<i>271.530,3</i>	<i>9,8%</i>
<i>Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	<i>5.630,3</i>	<i>6.632,4</i>	<i>17,8%</i>
<i>Benefícios Previdenciários - Rural^{3/}</i>	<i>73.508,5</i>	<i>80.722,8</i>	<i>9,8%</i>
<i>Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	<i>1.717,7</i>	<i>2.089,7</i>	<i>21,7%</i>
<i>Despesas do Banco Central</i>	<i>3.693,6</i>	<i>3.041,6</i>	<i>-17,7%</i>

Memo:

Parcela patronal da CPSS^{2/}

RMV^{8/}

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única.

2/ Exclui a parcela patronal da CPSS do servidor público federal.

3/ Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

4/ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

5/ Inclui retornos derivados de decisões judiciais relativas aos programas "Unificados Rurais" e "Unificados Industriais".

6/ Concessão de empréstimos menos retornos.

7/ Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada à inscrição em Dívida Ativa da União.

8/ Operações de crédito direcionadas exclusivamente para a aquisição de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência, nos termos da Lei nº 12.613/2012. Concessão de empréstimos menos retornos.

9/ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central. A partir de janeiro de 2010, a rubrica inclui despesas com sentenças judiciais e precatórios.

10/ A partir de 01/03/2012, inclui despesas realizadas com recursos de complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

11/ Despesa correspondente à compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em função da desoneração da folha de pagamentos, conforme previsto na Lei nº 12.715/2012.

Tabela 5.1. Investimento do Governo Federal por Órgão^{1/} - Brasil - Acumulado no Ano

R\$ Milhões



Discriminação	Jan-Nov/2013						Jan-Nov/2014					
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano ^{2/}			Dotação autorizada no ano ^{4/}	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano ^{2/}		
				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ^{3/}	Total				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ^{3/}	Total
INVESTIMENTO TOTAL	105.819,3	65.258,5	22.610,3	20.790,5	37.603,8	58.394,3	102.044,3	63.773,3	29.799,0	27.639,0	45.975,9	73.614,9
Câmara dos Deputados	267,8	24,7	10,2	5,8	24,3	30,1	230,9	39,1	17,4	16,8	48,9	65,7
Senado Federal	68,4	18,2	7,7	6,9	13,8	20,7	88,8	42,8	11,7	11,7	10,5	22,2
Tribunal de Contas da União	96,2	49,1	10,1	10,1	22,3	32,3	61,2	35,6	8,1	8,1	56,6	64,7
Supremo Tribunal Federal	43,8	15,1	7,1	7,1	6,4	13,5	38,7	14,6	6,6	6,6	7,9	14,5
Superior Tribunal de Justiça	38,9	13,3	3,8	3,8	12,6	16,4	27,7	19,9	9,7	9,7	31,3	41,1
Justiça Federal	317,6	639,2	573,5	571,1	140,2	711,3	392,5	539,0	342,2	303,4	-58,0	245,3
Justiça Militar	15,2	4,7	1,3	1,3	4,2	5,5	18,1	7,2	1,9	1,9	5,7	7,6
Justiça Eleitoral	345,5	97,9	21,9	21,5	138,3	159,8	423,8	148,0	93,4	78,0	115,1	193,1
Justiça do Trabalho	686,8	240,7	134,4	128,8	259,4	388,2	634,1	179,8	59,3	56,4	208,5	264,9
Justiça do Trabalho do Distrito Federal e dos Territórios	101,3	33,1	7,7	7,2	52,5	59,7	65,0	39,2	23,1	15,5	19,7	35,2
Conselho Nacional de Justiça	69,3	2,0	1,2	1,2	38,4	39,7	67,2	4,7	3,5	3,5	57,6	61,0
Presidência da República ^{5/}	3.842,0	1.966,3	1.290,7	1.289,8	1.195,1	2.484,9	4.385,5	1.971,0	1.376,0	1.375,5	1.031,4	2.407,0
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	888,1	480,0	190,2	190,1	24,2	214,3	741,4	55,8	23,4	22,9	196,8	219,7
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.410,3	546,8	55,4	34,4	592,9	627,3	1.297,1	754,3	110,5	52,2	717,6	769,8
Ministério da Ciência e Tecnologia	1.847,9	873,1	336,2	307,9	480,0	787,9	1.453,2	649,9	357,3	271,2	565,7	836,9
Ministério da Fazenda	1.647,6	623,5	244,6	237,1	702,7	939,8	1.585,9	685,9	401,8	400,9	434,1	834,9
Ministério da Educação	13.664,4	9.972,6	2.909,3	1.909,9	5.846,1	7.756,0	14.729,1	10.265,9	2.625,8	2.408,4	6.562,1	8.970,5
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	238,2	94,5	33,9	33,9	53,5	87,3	179,3	50,6	26,8	26,8	47,5	74,3
Defensoria Pública da União	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	12,6	10,4	1,6	1,6	1,6	3,3
Ministério da Justiça	2.379,6	1.070,9	133,0	130,9	848,0	979,0	1.880,7	884,7	114,3	108,8	1.288,1	1.396,9
Ministério de Minas e Energia	230,4	102,5	34,2	33,5	47,2	80,7	191,4	204,0	112,5	111,7	73,9	185,6
Ministério da Previdência Social	213,7	82,2	19,6	14,0	120,0	134,0	148,6	109,4	72,6	65,4	103,3	168,7
Ministério Público da União	370,2	73,6	19,5	19,4	158,5	177,9	344,4	99,4	37,8	37,7	159,4	197,1
Ministério das Relações Exteriores	41,7	18,5	13,9	13,9	15,3	29,2	32,1	24,0	17,7	17,7	4,0	21,7
Ministério da Saúde	10.037,3	2.784,0	1.023,6	926,0	2.739,0	3.665,0	10.001,2	4.653,7	1.435,7	1.352,6	3.367,0	4.719,7
Ministério do Trabalho e Emprego	82,5	33,3	4,2	4,2	27,6	31,8	115,2	45,0	10,3	5,1	24,5	29,5
Ministério dos Transportes	15.878,5	11.643,9	3.109,3	2.893,6	5.946,1	8.839,7	15.925,9	10.965,3	5.126,6	3.932,5	8.670,2	12.602,7
Ministério das Comunicações	428,4	280,5	134,5	134,5	148,6	283,2	348,2	249,6	222,1	222,1	171,8	393,8
Ministério da Cultura	1.343,1	493,8	104,4	101,9	185,7	287,6	525,2	180,8	30,1	24,2	293,5	317,8
Ministério do Meio Ambiente	217,2	112,5	12,4	12,3	66,0	78,3	418,9	91,5	20,6	20,5	104,2	124,7
Ministério do Desenvolvimento Agrário	5.626,2	3.988,9	609,0	541,5	1.589,6	2.131,0	1.801,8	927,2	472,5	451,8	4.047,5	4.499,3
Ministério do Esporte	2.903,0	1.093,6	16,3	16,3	353,9	370,2	2.172,4	1.030,5	214,8	211,5	525,9	737,4
Ministério da Defesa	9.808,0	7.931,6	3.792,2	3.522,6	4.769,6	8.292,2	9.625,4	8.007,3	4.114,5	4.010,7	6.472,0	10.482,7
Ministério da Integração Nacional	7.925,7	4.591,6	1.644,3	1.561,8	2.410,2	3.972,0	7.568,7	4.277,7	1.853,8	1.672,9	2.810,2	4.483,1
Ministério do Turismo	2.954,7	1.274,7	8,8	8,8	460,4	469,2	1.096,2	518,3	18,4	18,4	416,6	435,1
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	991,4	338,0	52,4	52,4	400,6	453,0	807,0	558,4	184,3	173,8	514,2	688,0
Ministério das Cidades	18.443,7	13.606,2	6.033,8	6.029,4	7.694,6	13.724,0	22.378,0	15.388,2	10.230,4	10.121,5	6.841,3	16.962,8
Ministério da Pesca e Agricultura	346,0	42,5	5,3	5,3	14,4	19,7	192,0	35,1	3,6	3,6	20,6	24,2
Conselho Nacional do Ministério Público	9,0	1,0	0,3	0,3	1,7	2,0	7,2	0,5	0,3	0,3	2,8	3,1
Advocacia Geral da União	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	31,6	8,9	6,0	5,1	4,3	9,4

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Corresponde ao investimento dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, contemplando grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção das despesas financeiras. Inclui despesas com o Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV, conforme MP nº 516/2012.

2/ Despesas pagas correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela 1.1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

3/ Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano de referência. Exclui Ordens Bancárias do último dia do mês de referência, com impacto no caixa do período seguinte.

4/ Incorpora os efeitos da perda de eficácia da Medida Provisória nº 598/12 em 03 de junho de 2013.

5/ Inclui Gabinete da Presidência, Vice-Gabinete da Presidência e Advocacia Geral da União.

Tabela 6.1. Execução Financeira do Tesouro Nacional^{1/} - Brasil - Mensal
R\$ Milhões



Discriminação	2013	2014		Variação (%)	
	Novembro	Outubro	Novembro	Nov/14 Out/14	Nov/14 Nov/13
FLUXO FISCAL					
1. RECEITAS	134.323,9	106.403,5	120.846,4	13,6%	-10,0%
1.1. Recolhimento Bruto	105.779,4	75.134,9	88.427,5	17,7%	-16,4%
1.2. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-	-
1.3. Outras Operações Oficiais de Crédito	1.066,5	1.618,9	1.036,0	-36,0%	-2,9%
1.4. Receita das Operações de Crédito	188,3	178,5	109,6	-38,6%	-41,8%
1.5. Receita do Salário Educação	1.517,8	1.623,1	1.625,4	0,1%	7,1%
1.6. Arrecadação Líquida da Previdência Social	25.771,9	27.848,1	29.647,9	6,5%	15,0%
1.7. Remuneração de Disponibilidades - BB	0,0	0,0	0,0	-	-
2. DESPESAS	116.896,5	126.445,3	115.470,7	-8,7%	-1,2%
2.1. Liberações Vinculadas	20.190,4	20.671,7	23.130,5	11,9%	14,6%
Transferências a Fundos Constitucionais	13.974,8	10.845,9	14.282,9	31,7%	2,2%
Demais transferências a Estados e Municípios	4.369,6	2.754,8	4.549,2	65,1%	4,1%
Transferência da Lei Complementar nº 87/1996	162,5	162,5	162,5	0,0%	0,0%
Outras Vinculações	1.683,4	6.908,5	4.135,8	-40,1%	145,7%
2.2. Liberações Ordinárias	96.706,1	105.773,6	92.340,2	-12,7%	-4,5%
Pessoal e Encargos Sociais	25.589,1	20.470,5	26.742,8	30,6%	4,5%
Encargos da Dívida Contratual	276,1	26,4	53,4	102,3%	-80,7%
Dívida Contratual Interna	41,5	26,4	25,6	-2,9%	-38,3%
Dívida Contratual Externa	234,6	0,0	27,8	-	-88,2%
Encargos da DPMF - Mercado	5.588,8	5.121,6	7.010,0	36,9%	25,4%
Benefícios Previdenciários	35.258,5	41.819,5	22.835,2	-45,4%	-35,2%
Custeio e Investimento	29.605,5	37.749,6	35.347,7	-6,4%	19,4%
Operações Oficiais de Crédito	388,1	586,1	351,0	-40,1%	-9,6%
Restos a Pagar	0,0	3,0	4,0	33,3%	-
3. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (1 - 2)	17.427,5	-20.041,8	5.375,7	-	-69,2%
FLUXO DE FINANCIAMENTO					
4. RECEITAS	31.929,3	35.684,5	58.796,9	64,8%	84,1%
4.1. Emissão de Títulos - Mercado	30.534,2	33.864,9	57.407,6	69,5%	88,0%
4.2. Outras Operações de Crédito	1.395,1	1.819,7	1.389,3	-23,7%	-0,4%
5. DESPESAS	4.364,6	77.855,0	644,3	-99,2%	-85,2%
5.1. Amortização da Dívida Interna	1.295,9	77.855,0	644,3	-99,2%	-50,3%
Resgate de Títulos - Mercado	1.084,5	77.771,9	561,0	-99,3%	-48,3%
Dívida Contratual	211,4	83,1	83,3	0,3%	-60,6%
5.2. Amortização da Dívida Externa	3.068,7	0,0	0,0	-	-100,0%
5.3. Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	0,0	-	-
6. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (4.1 - 5.1)	29.238,3	-43.990,1	56.763,2	-	94,1%
7. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	9.796,8	4.780,4	11.072,4	131,6%	13,0%
8. FLUXO DE CAIXA TOTAL (3 + 4 + 5 + 7)	54.788,9	-57.431,8	74.600,7	-	36,2%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB's.

**Tabela 6.2. Execução Financeira do Tesouro Nacional^{1/} - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões**



Discriminação	2013 Jan-Nov	2014 Jan-Nov	Variação (%) Jan-Nov/14 Jan-Nov/13
FLUXO FISCAL			
1. RECEITAS	1.099.155,2	1.178.034,7	7,2%
1.1. Recolhimento Bruto	793.266,9	843.114,9	6,3%
1.2. (-) Incentivos Fiscais	-51,6	-6,3	-87,8%
1.3. Outras Operações Oficiais de Crédito	17.273,4	17.409,0	0,8%
1.4. Receita das Operações de Crédito	3.058,5	2.022,2	-33,9%
1.5. Receita do Salário Educação	16.889,7	18.611,2	10,2%
1.6. Arrecadação Líquida da Previdência Social	268.718,3	296.883,7	10,5%
1.7. Remuneração de Disponibilidades - BB	0,0	0,0	-
2. DESPESAS	1.159.468,3	1.318.054,3	13,7%
2.1. Liberações Vinculadas	217.101,9	249.535,8	14,9%
Transferências a Fundos Constitucionais	135.694,0	147.948,6	9,0%
Demais transferências a Estados e Municípios	31.954,4	34.773,0	8,8%
Transferência da Lei Complementar nº 87/1996	1.787,5	3.737,5	109,1%
Outras Vinculações	47.666,0	63.076,8	32,3%
2.2. Liberações Ordinárias	942.366,4	1.068.518,5	13,4%
Pessoal e Encargos Sociais	201.828,1	218.103,2	8,1%
Encargos da Dívida Contratual	4.540,8	5.479,6	20,7%
Dívida Contratual Interna	639,4	330,0	-48,4%
Dívida Contratual Externa	3.901,4	5.149,7	32,0%
Encargos da DPMF - Mercado	86.702,3	99.436,8	14,7%
Benefícios Previdenciários	317.249,9	339.201,6	6,9%
Custeio e Investimento	325.071,9	400.891,5	23,3%
Operações Oficiais de Crédito	6.973,4	5.405,8	-22,5%
Restos a Pagar	0,0	10,0	-
3. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (1 - 2)	-60.313,0	-140.019,6	132,2%
FLUXO DE FINANCIAMENTO			
4. RECEITAS	380.732,7	495.007,3	30,0%
4.1. Emissão de Títulos - Mercado	358.626,7	472.655,3	31,8%
4.2. Outras Operações de Crédito	22.106,0	22.352,0	1,1%
5. DESPESAS	433.143,7	496.572,6	14,6%
5.1. Amortização da Dívida Interna	423.823,5	491.543,0	16,0%
Resgate de Títulos - Mercado	421.146,6	490.237,0	16,4%
Dívida Contratual	2.676,9	1.306,0	-51,2%
5.2. Amortização da Dívida Externa	9.320,2	5.029,6	-46,0%
5.3. Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	-
6. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (4.1 - 5.1)	-65.196,8	-18.887,7	-71,0%
7. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	56.475,9	42.656,2	-24,5%
8. FLUXO DE CAIXA TOTAL (3 + 4 + 5 + 7)	-56.248,1	-98.928,6	75,9%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB's.

Tabela 7.1. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central^{1/} - Brasil - Mensal

R\$ Milhões



Discriminação	2013 Novembro	2014		Variação (%)	
		Outubro	Novembro	Nov/14 Out/14	Nov/14 Nov/13
1. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	12.796,8	4.780,4	15.090,8	215,7%	17,9%
Emissão de Títulos	7.297,0	0,0	9.990,8	-	36,9%
Remuneração das Disponibilidades	5.167,5	4.430,1	4.574,6	3,3%	-11,5%
Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	332,2	350,3	525,5	50,0%	58,2%
Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	-	-
2. DESPESAS NO BACEN	3.000,0	0,0	4.018,4	-	33,9%
Resgate de Títulos	0,0	0,0	0,0	-	-
Encargos da DPMF	3.000,0	0,0	4.018,4	-	33,9%
3. RESULTADO (1 - 2)	9.796,8	4.780,4	11.072,4	131,6%	13,0%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB's.

Tabela 7.2. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central ^{1/} - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões



Discriminação	2013	2014	Variação (%)
	Jan-Nov	Jan-Nov	Jan-Nov/14 Jan-Nov/13
1. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	227.322,6	343.583,9	51,14%
Emissão de Títulos	132.100,6	250.367,5	89,53%
Remuneração das Disponibilidades	46.755,3	52.417,5	12,11%
Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	4.104,7	4.645,3	13,17%
Resultado do Banco Central	44.361,9	36.153,7	-18,50%
2. DESPESAS NO BACEN	170.846,7	300.927,6	76,14%
Resgate de Títulos	129.956,2	240.988,6	85,44%
Encargos da DPMF	40.890,5	59.939,1	46,58%
3. RESULTADO (1 - 2)	56.475,9	42.656,2	-24,47%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB's.

Tabela 8.1. Dívida Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - Mensal
R\$ Milhões



Discriminação	2013	2014		Variação (%)	
	Novembro	Outubro	Novembro	Nov/14 Out/14	Nov/14 Nov/13
1. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	850.345,9	987.276,8	1.015.978,2	2,9%	19,5%
Dívida Interna	2.902.247,1	3.026.039,8	3.109.436,2	2,8%	7,1%
<i>DPMFi em Poder do Públíco</i> ^{1/}	1.972.222,5	2.050.840,1	2.100.003,9	2,4%	6,5%
LFT	396.246,2	400.328,8	407.931,3	1,9%	2,9%
LTN	615.467,6	611.398,1	643.645,2	5,3%	4,6%
NTN-B	630.154,2	691.361,4	694.699,3	0,5%	10,2%
NTN-C	68.530,0	69.798,0	71.013,8	1,7%	3,6%
NTN-F	225.866,5	240.486,4	244.657,3	1,7%	8,3%
Dívida Securitizada	7.678,9	7.131,2	7.087,0	-0,6%	-7,7%
Demais Títulos em Poder do Públíco	28.278,9	30.336,1	30.969,9	2,1%	9,5%
<i>DPMFi em Poder do Banco Central</i>	950.226,0	1.002.117,3	1.036.979,2	3,5%	9,1%
LFT	173.694,1	144.914,2	150.152,3	3,6%	-13,6%
LTN	322.505,1	361.795,1	377.821,5	4,4%	17,2%
Demais Títulos na Carteira do BCB	454.026,8	495.408,0	509.005,4	2,7%	12,1%
(-) Aplicações em Títulos Públicos	-24.779,7	-29.958,9	-30.522,0	1,9%	23,2%
<i>Demais Obrigações Internas</i>	4.578,4	3.041,3	2.975,1	-2,2%	-35,0%
Haveres Internos	2.051.901,2	2.038.762,9	2.093.458,0	2,7%	2,0%
<i>Disponibilidades Internas</i>	626.190,1	489.382,9	532.971,7	8,9%	-14,9%
<i>Haveres junto aos Governos Regionais</i>	523.840,3	528.246,3	531.998,0	0,7%	1,6%
Bônus Renegociados	5.189,7	4.780,5	5.013,8	4,9%	-3,4%
Haveres Originários do Proef (MP 2.196/01)	1.367,4	1.202,5	1.196,0	-0,5%	-12,5%
Cessão de Créditos Bacen (MP 2.179/01)	12.574,4	12.589,2	12.614,0	0,2%	0,3%
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 7.976/89)	0,0	0,0	0,0	-	-
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 8.727/93)	15.483,1	12.956,7	12.885,5	-0,5%	-16,8%
Renegociação de Dívidas Estaduais (Lei 9.496/97)	410.123,4	416.030,8	418.696,5	0,6%	2,1%
Renegociação de Dívidas Municipais (MP 2.185/01)	70.660,9	73.514,6	74.388,6	1,2%	5,3%
Antecipação de Royalties	6.426,0	5.194,3	5.206,9	0,2%	-19,0%
Demais Haveres junto aos Governos Regionais	2.015,5	1.977,7	1.996,8	1,0%	-0,9%
<i>Haveres da Administração Indireta</i>	330.295,1	376.477,2	379.186,8	0,7%	14,8%
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	182.477,8	197.891,3	198.525,7	0,3%	8,8%
Fundos Constitucionais Regionais	82.253,0	91.015,0	91.803,8	0,9%	11,6%
Fundos Diversos	65.564,3	87.570,9	88.857,3	1,5%	35,5%
<i>Haveres Administrados pela STN</i>	571.575,7	644.656,5	649.301,5	0,7%	13,6%
Haveres de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas	5.791,8	5.815,5	5.819,5	0,1%	0,5%
Haveres de Operações Estruturadas	68.980,1	69.027,5	70.389,9	2,0%	2,0%
Haveres Originários de Privatizações	9.285,2	0,0	0,0	-	-100,0%
Haveres de Legislação Específica	462.602,7	545.787,2	548.578,9	0,5%	18,6%
Demais Haveres Administrados pela STN	24.915,9	24.026,3	24.513,2	2,0%	-1,6%
2. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	96.798,3	103.957,0	108.416,9	4,3%	12,0%
Dívida Externa	97.220,0	104.529,9	108.951,7	4,2%	12,1%
<i>Dívida Mobiliária</i>	87.516,6	94.925,1	98.933,0	4,2%	13,0%
Euro	2.704,1	5.679,9	5.954,8	4,8%	120,2%
Global US\$	71.062,7	75.615,1	79.231,3	4,8%	11,5%
Global BRL	13.749,8	13.630,1	13.746,9	0,9%	0,0%
Demais Títulos Externos	0,0	0,0	0,0	-	-
<i>Dívida Contratual</i>	9.703,4	9.604,8	10.018,7	4,3%	3,2%
Organismos Multilaterais	3.000,6	3.256,5	3.379,2	3,8%	12,6%
Credores Privados e Ag. Governamentais	6.702,8	6.348,3	6.639,5	4,6%	-0,9%
Haveres Externos	421,7	572,9	534,8	-6,7%	26,8%
<i>Disp. de Fundos, Autarquias e Fundações</i>	421,7	572,9	534,8	-6,7%	26,8%
3. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (1+2)	947.144,2	1.091.233,8	1.124.395,1	3,0%	18,7%
4. DIVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB ^{2/}	19,7%	21,5%	22,0%	2,5%	11,8%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

2/ PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.